Serviço Público Estadual
Processo Nº: E-08/001.2098/2014
Data: 13/03/2014 Fls. 1
Rubrica: PAN ID. 6155030

PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

EDITAL DE SELEÇÃO Nº 05/2014

Seleção para a escolha de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social na área de atuação de Hospital Geral com perfil de alta complexidade, para celebrar contrato de gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no Hospital Estadual Getúlio Vargas.

HEGV / Rio de Janeiro

Relatório Anual de Execução 2017

PRÓ-SAÚDE
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

GOVERNO DO Rio de Janeiro

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Contratante: Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro

Governador: Luiz Fernando de Souza

Secretário de Estado de Saúde: Luiz Antonio de Souza Teixeira Junior

Contratada: Pró-Saúde – Associação Beneficente De Assistência Social E Hospitalar

Diretor Operacional pela Organização: Gabriel Giraldi

Diretor Técnico: Luiz Cláudio Monteiro Teixeira

Entidade Gerenciada: Hospital Estadual Getúlio Vargas

CNPJ: 24.232.886/0133-07

Endereço: Av. Lobo Junior, 2293 – Penha Circular - Rio de Janeiro - RJ

Diretor Executivo: Marcel Augusto de Oliveira

Diretor Técnico: Paulo Ricardo Lopes da Costa

Diretor Administrativo: Thiago Vieira Zaché

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 5
2 METAS CONTRATUAIS 6
2.1 METAS QUANTITATIVAS 6
2.1.1 Saídas Clínicas de Adultos 6
2.1.2 Saídas Clínicas Pediátricas 7
2.1.3 Saídas Clínicas Ortopédicas 8
2.1.4 Outras Saídas de Clínicas Cirúrgicas 9
2.1.5 Tomografia Computadorizada (TC) 10
2.1.6 Ultrassonografia e Ecocardiografia 11
2.2 METAS QUALITATIVAS (Edital Nº 005/2014) 12
2.2.1 Taxa de Mortalidade ajustada por escore de gravidade nas Unidades de Terapia Intensiva 12
2.2.2 Taxa de profissionais cadastrados no CNES 13
2.2.3 Taxa de glosas sobre o faturamento dos serviços habilitados apresentado para cobrança ao SUS 14
2.2.4 Taxa de infecção hospitalar 15
2.2.5 Taxa de suspensão de cirurgias 16
2.2.6 Taxa de Satisfação dos Usuários 17
2.2.7 Tempo Médio de Permanência 18
2.3 METAS QUALITATIVAS (EDITAL Nº 005/2014 – 2º TERMO ADITIVO) 19
2.3.1 Taxa de densidade de incidência de infecção de corrente sanguínea associada a cateter venoso central (CVC) na UTI Adulto 19
2.3.2 Taxa de utilização de cateter venoso central (CVC) na UTI adulto 20
2.3.3 Implantação de Diretrizes e Protocolos Clínicos 21
2.3.4 Taxa de Mortalidade Institucional 22
2.3.5 Taxa de Mortalidade Cirúrgica 23
2.3.6 Taxa de Ocupação Operacional Geral 24
2.3.7 Taxa de Ocupação Operacional Leitos Clínicos 25
2.3.8 Taxa de Ocupação Operacional Leitos Pediátricos 26
2.3.9 Taxa de Ocupação Operacional Leitos Cirúrgicos 27
2.3.10 Taxa de Ocupação Operacional Leitos Ortopédicos 28
2.3.11 Taxa de Ocupação Operacional Leitos Neurocirurgia 29
2.3.12 Taxa de Ocupação Operacional Leitos UTI 30
2.3.13 Taxa de Ocupação Operacional Leitos UTI Pós Operatório 31
2.3.14 Tempo de Permanência Geral 32
2.3.15 Tempo de Permanência Leitos Clínicos 33

2.3.16 Tempo de Permanência Leitos Pediátricos 34
2.3.17 Tempo de Permanência Leitos Cirúrgicos 35
2.3.18 Tempo de Permanência Leitos Cirúrgico Ortopédico 36
2.3.19 Tempo de Permanência Leitos Neurocirurgia 37
2.3.20 Tempo de Permanência Leitos UTI 38
2.3.21 Tempo de Permanência Leitos UTI Pós Operatório 39
2.3.22 Porcentagem de pacientes atendidos de acordo com parâmetros do tempo de espera na Urgência e Emergência 40
2.3.23 Acolhimento com Classificação de Risco 41
2.3.24 Alimentação do SIA/SUS 42
2.3.25 Alimentação do SIH/SUS 43
2.3.26 Monitoramento e avaliação de queixas, reclamações e sugestões 44
3 INDICADORES DE PRODUÇÃO 45
3.1 Capacidade Hospitalar Instalada 45
3.2 Internações por Unidade 45
3.3 Nº de Saídos por Unidade 46
3.4 Média de Permanência por unidade 46
3.5 Volume Cirúrgico 46
3.6 Nº de Cirurgias por Porte 47
3.7 Nº de Cirurgias por Especialidade 47
3.8 Taxa de Ocupação por Especialidade 47
3.9 Taxa de Ocupação por Unidade 48
3.10 Nº de Paciente dia por Unidade 48
4 RESULTADO POR SETOR DO HOSPITAL 49
4.1 SADT 49
4.2 AMBULATÓRIO 49
4.3 ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 49
4.4 UAN – UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO 50
4.5 HOTELARIA 50
5 FATURAMENTO 51
6 MOVIMENTO ECONÔMICO 51
PALAVRA DO DIRETOR 52

1 INTRODUÇÃO

Por força do contido no Contrato de Gestão nº 005/2014, firmado com a SES/RJ - Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, a Pró-Saúde - Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, entidade sem fins lucrativos, denominada como Organização Social, ficou incumbida da gestão do Hospital Estadual Getúlio Vargas, e nesse ofício, vem através desse relatório demonstrar os resultados obtidos em fevereiro de 2018.

As regras do Contrato de Gestão nº 005/2014 estavam previamente previstas no Edital de Seleção no 004/2014, publicado pela SES/RJ ao qual anuiu a Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar quando da celebração do Contrato de Gestão para operacionalização e execução dos serviços de saúde no Hospital Estadual Getúlio Vargas e que encontra-se em vigor desde Março/2014, com a gestão integral e efetiva a partir de Junho/2014. Cumpre indicar que desde então já foram firmados Termos Aditivos ao Contrato de Gestão nº 005/2014 que acresceram e alteraram as regras para cumprimento das obrigações lá previstas.

O Hospital Estadual Getúlio Vargas (HEGV), inaugurado em 03 de Dezembro de 1938 e em funcionamento ininterrupto desde então, ofertando os serviços gratuitos de saúde, está inserido no Bairro da Penha, no Município do Rio de Janeiro, na Área de Planejamento (AP) 3.1. A Área de Planejamento 3 possui 80 bairros distribuídos em 13 Regiões Administrativas, que correspondem a 16,6% do território municipal - 203,47 km² - e a 40,2% do total da população residente no Rio de Janeiro - 2.353.590 habitantes, segundo o Censo 2000. Sua densidade líquida é de 11.567 habitantes por km². A Área de Planejamento AP 3.1 é composta de seis RA (Ramos, Penha, Vigário Geral, Ilha do Governador, Complexo do Alemão e Complexo da Maré). De cada cinco cariocas, dois moram na AP 3 - o maior contingente populacional do município (40,2%). De cada dois moradores de favela, um está na AP 3 (49,9% da cidade). Com relação ao IDH da região, os três piores índices do município do Rio de Janeiro estão na AP 3: Jacarezinho (0,731), Complexo da Maré (0,719) e Complexo do Alemão (0,709).

O Hospital Estadual Getúlio Vargas é uma unidade de saúde de grande porte, com perfil de média e alta complexidade e atendimento de emergência, abrangendo as especialidades clínicas e cirúrgicas, Unidade de Tratamento Intensivo pediátrico e de adultos, e equipado com instrumentos para diagnóstico complementar. Estrutura-se para demanda tanto espontânea quanto referenciada através da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (SES/RJ).

Assim, visa esse relatório demonstrar as atividades desenvolvidas no referido ano para o cumprimento dos objetivos propostos no Edital, no Contrato de Gestão e seus aditivos assim como termos de referência, de forma a prestar contas dos recursos utilizados com o gerenciamento e a assistência integral e interdisciplinar aos pacientes que buscaram essa unidade de saúde, sempre na persecução do aperfeiçoamento no uso dos recursos públicos.

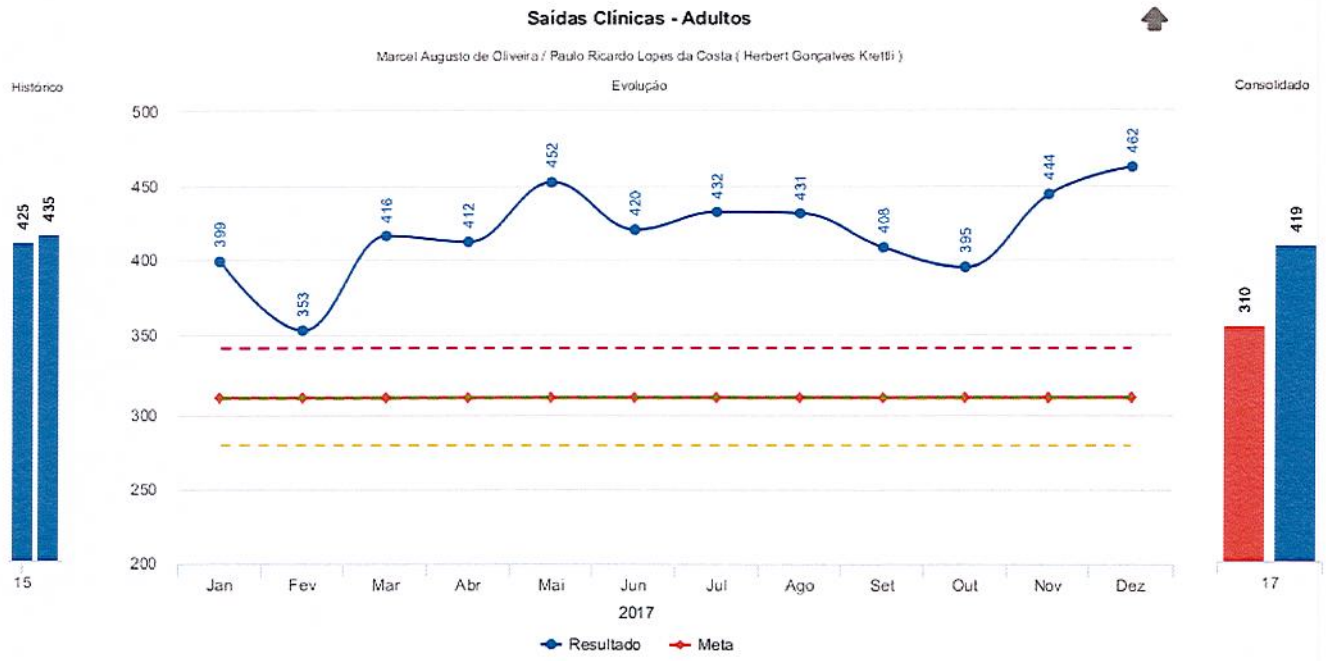
Certos de que a gestão entregue pela PRÓ-SAÚDE busca sempre ampliar, modernizar e qualificar a capacidade instalada na unidade hospitalar com a devida oferta de leitos, prestando um serviços de qualidade e assegurando aos usuários uma assistência em caráter contínuo e resolutivo, traz abaixo os resultados obtidos no período.

ANÁLISE GLOBAL DO HOSPITAL

2 METAS CONTRATUAIS

2.1 METAS QUANTITATIVAS

2.1.1 Saídas Clínicas de Adultos



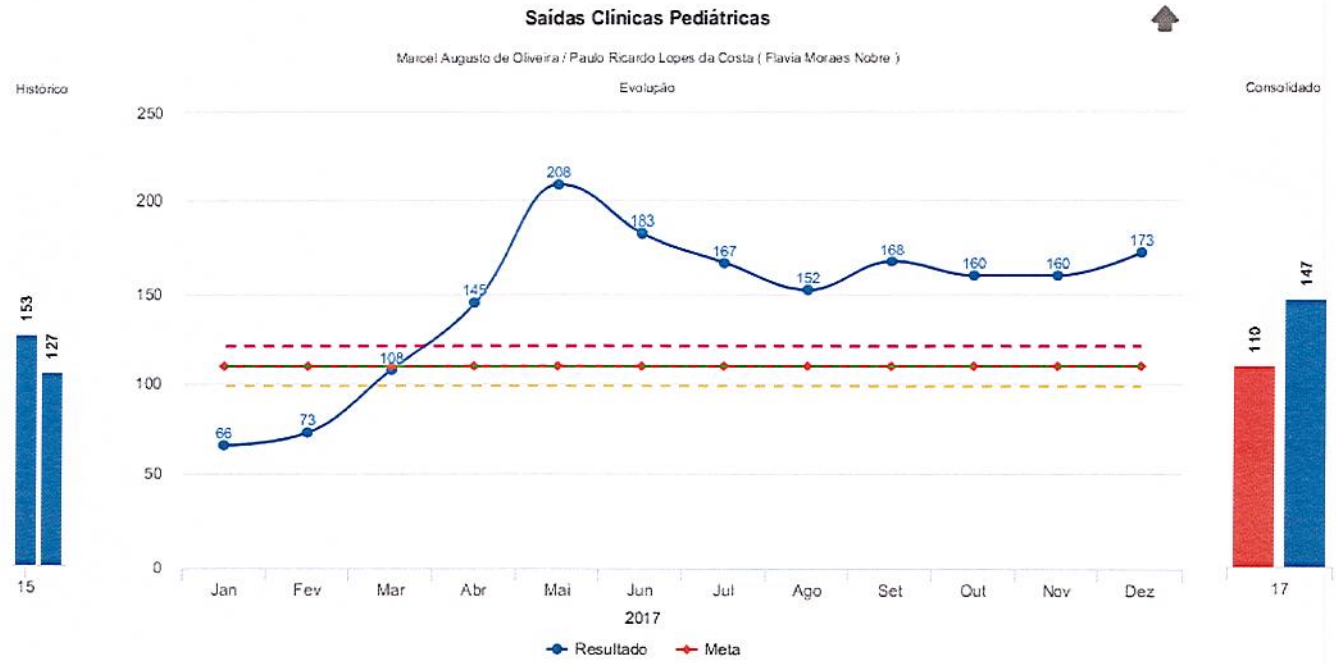
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 135% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

O número de saídos clínicos no ano de 2017 manteve-se em toda a série histórica acima da meta estabelecida, com média anual de 419 saídos/mês, 35.16% acima do pactuado. O perfil mais observado é de idosos, com múltiplas comorbidades e com escore de gravidade elevado, que dão entrada pela emergência após peregrinar em outras instituições daquela região e não conseguir atendimento.

2.1.2 Saídas Clínicas Pediátricas



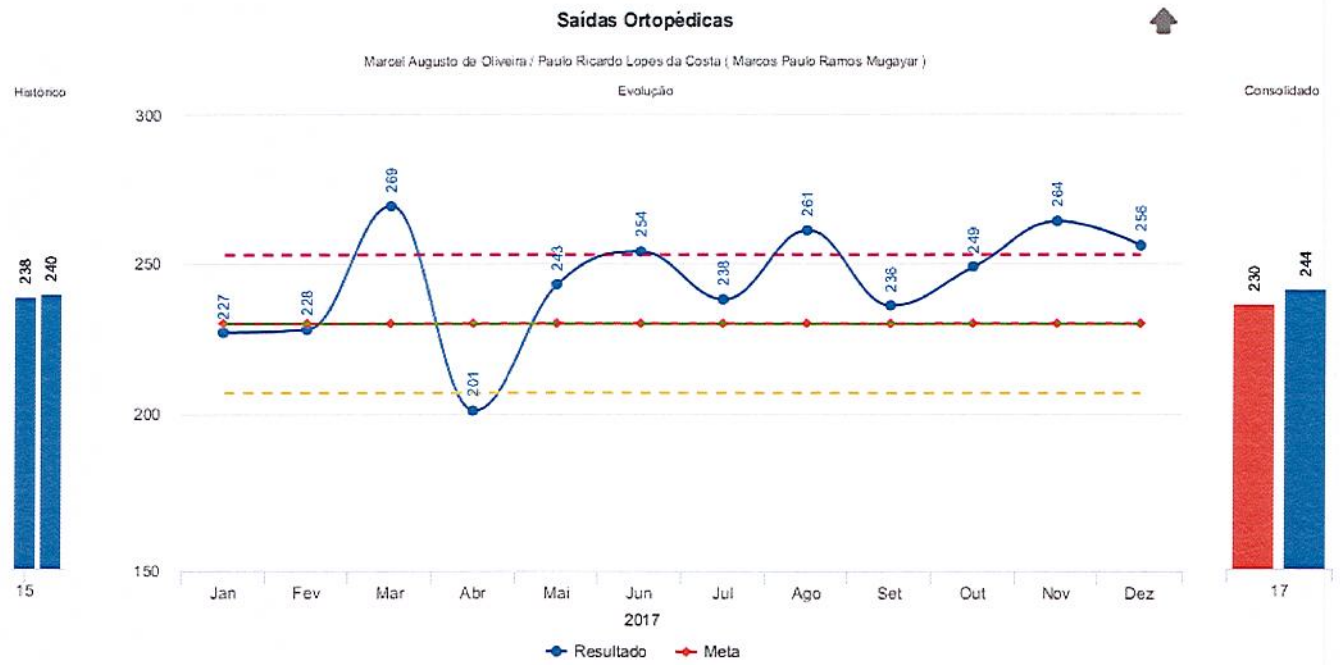
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 133% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

O número de saídos pediátricos, no ano de 2017, manteve-se com a média dos resultados acima da meta estabelecida. Com isso, fechamos o ano com média de 147 saídos, número esse 15,75% superior à média de 2016, que foi de 127 saídos. Tal resultado se deve a desestruturação da rede de atendimento às urgências e emergências, em especial as UPAs 24h e as clínicas da família, cujo funcionamento encontra-se inadequado pela crise financeira.

2.1.3 Saídas Clínicas Ortopédicas



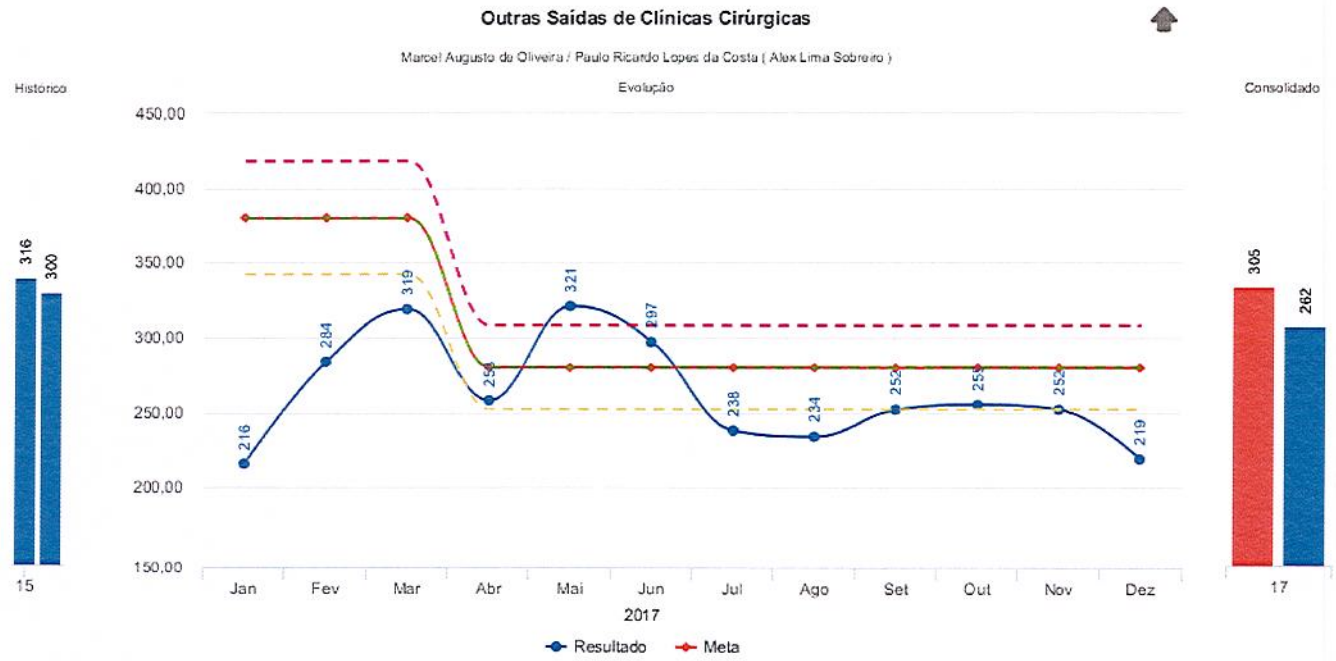
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 119% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

O número de saídas ortopédicas está diretamente relacionado ao quantitativo da demanda da porta, isto é, pela entrada de pacientes pela Emergência. Desse modo, a média manteve-se acima da meta estabelecida.

2.1.4 Outras Saídas de Clínicas Cirúrgicas



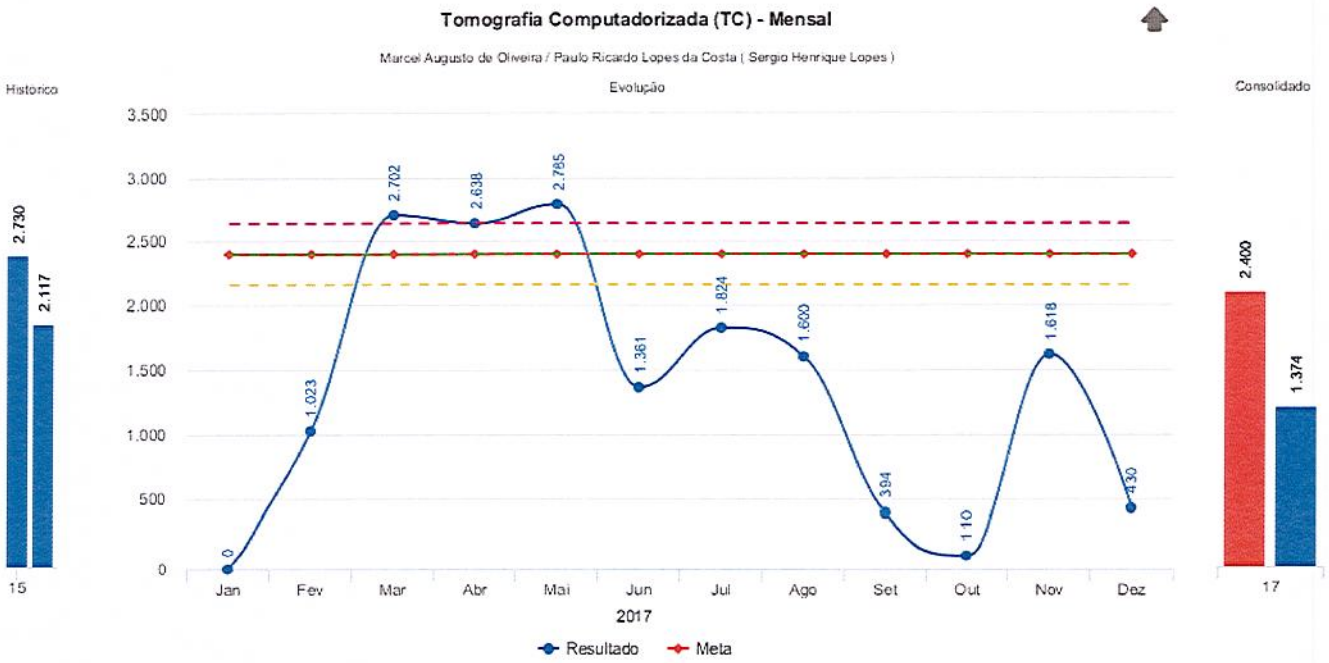
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 86% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

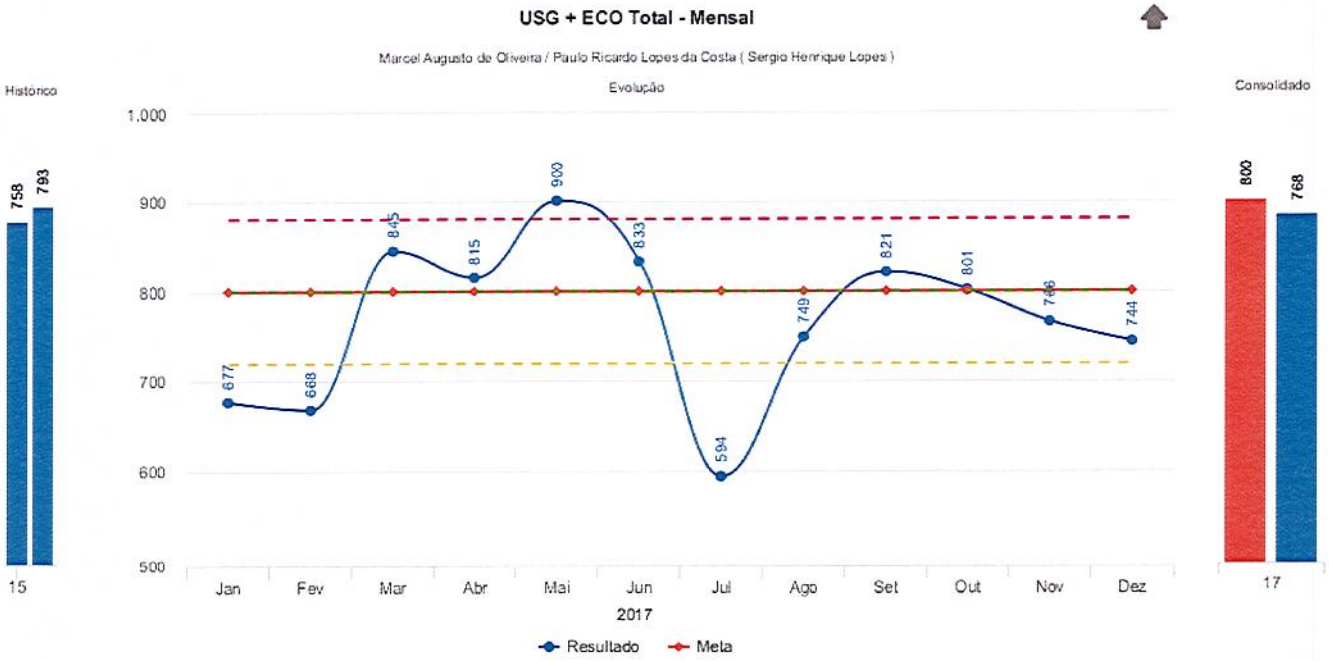
A diminuição no número de saídas no ano de 2017 deu-se pela diminuição na procura de casos de cirurgia geral na emergência e pela redução no número de cirurgias eletivas. Tais fatos nos conduziram para uma média anual de 262 saídos, estando fora da meta. Vale ressaltar que a meta foi alterada no termo aditivo de março de 2017, quando reduziu para 280 saídos na especialidade.

2.1.5 Tomografia Computadorizada (TC)



Análise do Resultado
O indicador obteve desempenho de 57% no período frente à meta estabelecida.
Comentário:
A inoperância do tomógrafo (funcionamento intermitente) é fator preponderante para a redução de exames e, consequentemente, o não comprimento da meta contratual. Além disso, funcionamos com restrições para exames de menor gravidade, priorizando as urgências/emergências, por orientação do Serviço de Engenharia Clínica, para otimizar o tempo de vida útil do aparelho.

2.1.6 Ultrassonografia e Ecocardiografia



Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 96% no período frente à meta estabelecida.

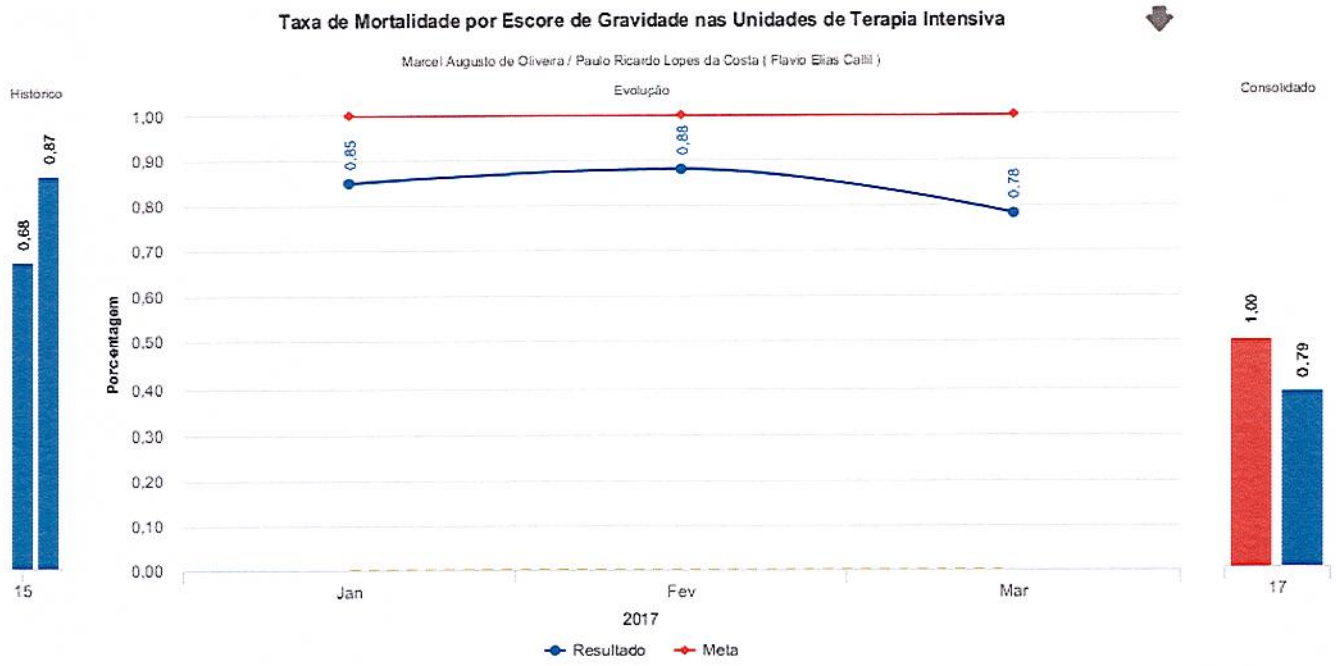
Comentário:

De acordo com exames de Ultrassonografia e Ecocardiografia realizados, estamos dentro do limite da meta contratual. Assim sendo, observamos que o padrão de distribuição dos exames permanece no perfil costumeiro, tendo como maior cliente as unidades de urgência e emergência, especialmente o USG FAST na sala de trauma, seguido pela unidade de internação da clínica médica.

2.2 METAS QUALITATIVAS (Edital Nº 005/2014)

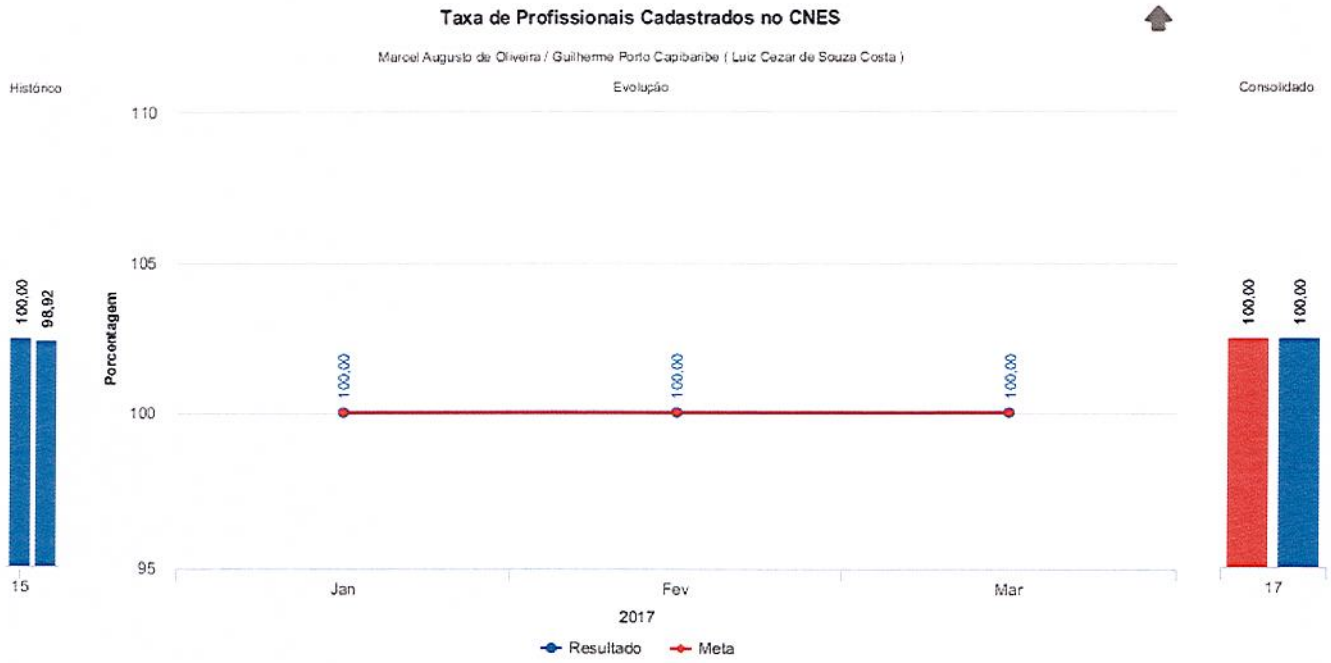
Indicadores mensurados até o fim da vigência do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 005/2014 em 14 de março de 2017.

2.2.1 Taxa de Mortalidade ajustada por escore de gravidade nas Unidades de Terapia Intensiva



Análise do Resultado:
O indicador obteve desempenho de 119% no período frente à meta estabelecida.
Comentário:
A taxa de mortalidade ajustada por escore de gravidade ficou abaixo do esperado para o indicador, mostrando a eficiência da gestão nas UTI's. Este é o resultado de um trabalho focado na efetividade do cuidado e de assistência.

2.2.2 Taxa de profissionais cadastrados no CNES



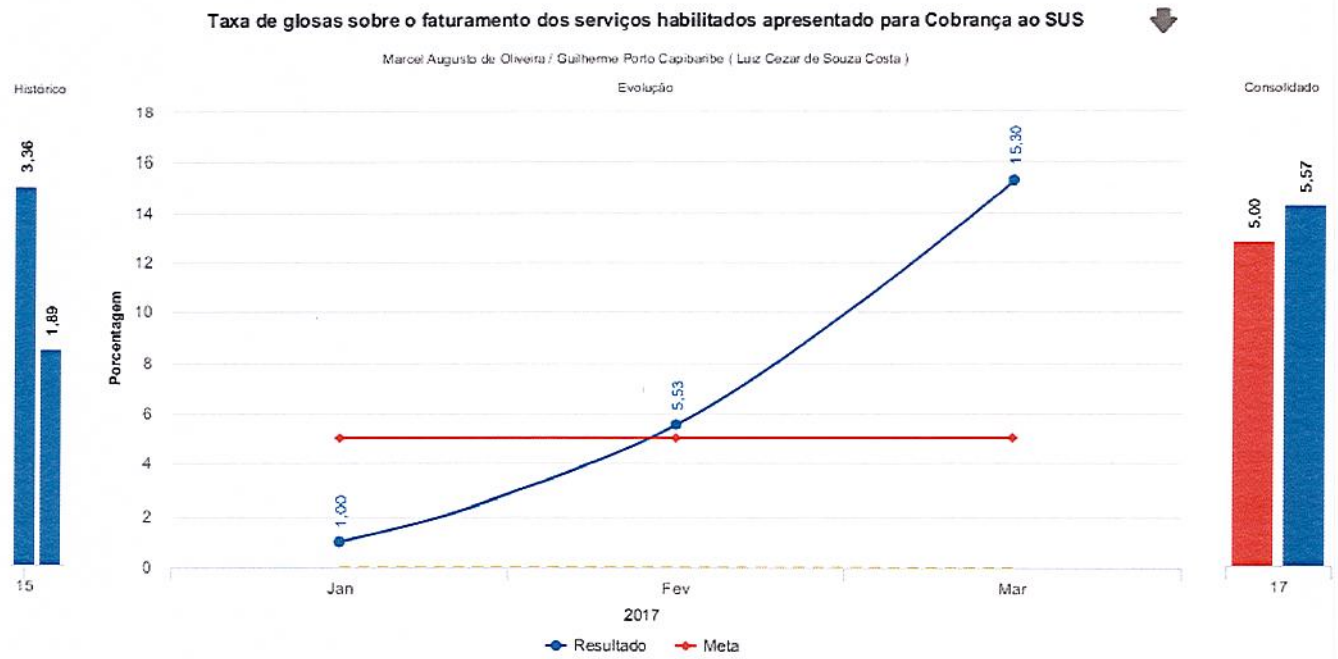
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 100% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

Mantido resultado favorável ao atingir a meta estabelecida.

2.2.3 Taxa de glosas sobre o faturamento dos serviços habilitados apresentado para cobrança ao SUS



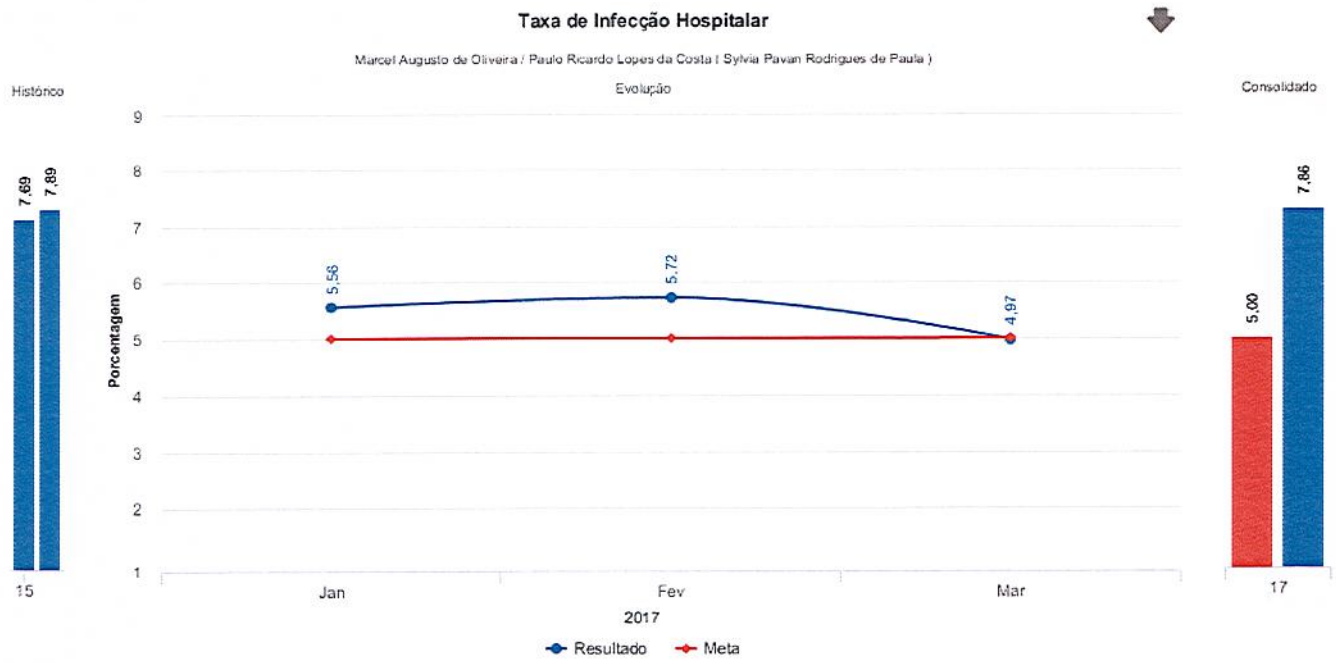
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 69% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

A taxa de glosa apresentada no ano ficou acima da meta contratual, onde foram excluídas as AIH's de capacidade instalada, falta de habilitação e sem serviço ou classificação. O aumento expressivo nas AIH's glosadas válidas deveu-se a falta de auditoria por parte do Estado, com glosas que não são devidas. As auditorias já foram solicitadas à SES/RJ. Estas AIH's estão sendo reapresentadas, sob instrução do próprio Estado.

2.2.4 Taxa de infecção hospitalar



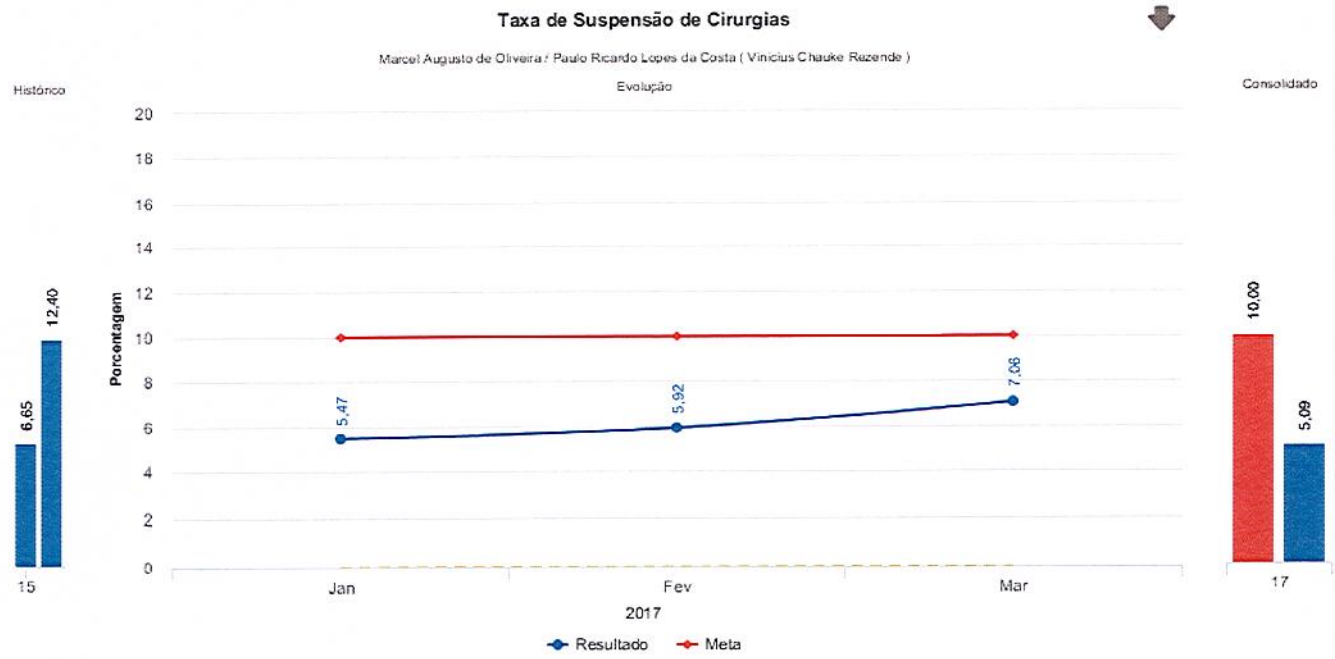
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 92% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

A taxa de infecção hospitalar não atingiu a meta estabelecida pela SES, porém é notório a melhoria do desempenho interno, o que é resultado direto do aprimoramento dos protocolos internos do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar como higienização das mãos, medidas de precaução, trocas de dispositivos e prevenção de Infecções em diferentes sítios.

2.2.5 Taxa de suspensão de cirurgias



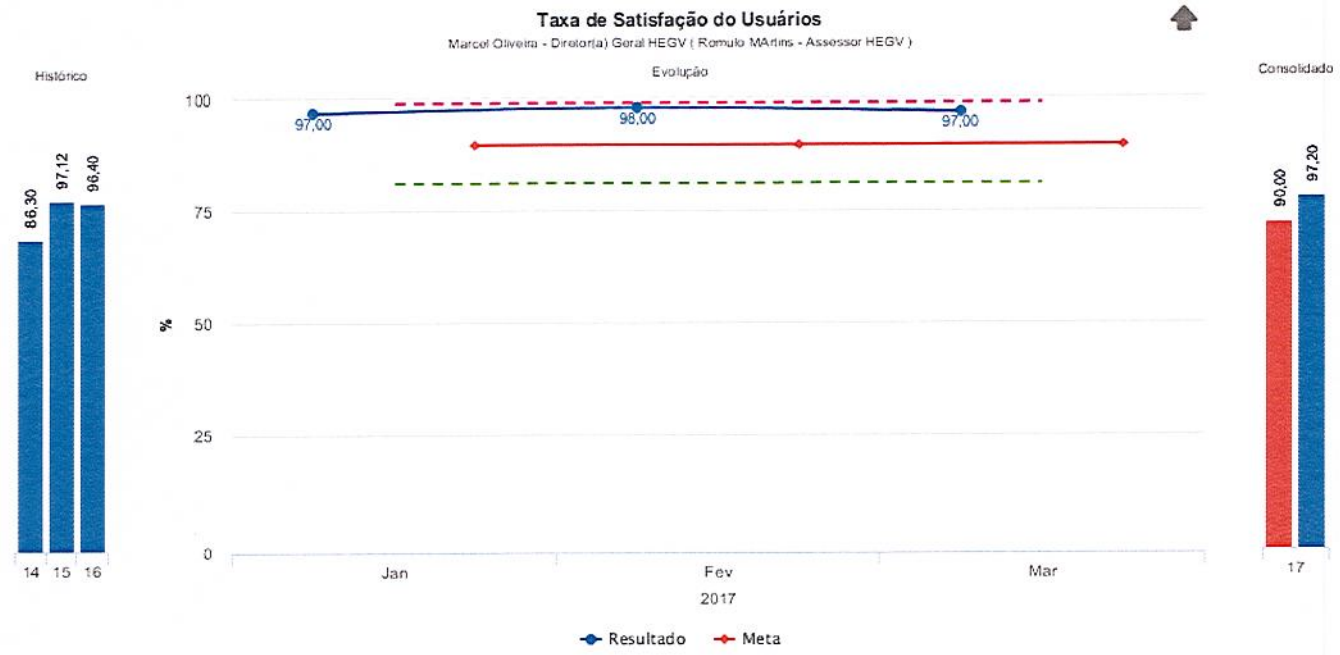
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 162% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

No ano, mantivemos boas práticas como a reserva de leitos em unidade fechada para o pós-operatório, a boa distribuição de salas entre as especialidades e o preparo adequado dos pacientes. Além disso, a regularização parcial de insumos possibilitou o cumprimento deste indicador.

2.2.6 Taxa de Satisfação dos Usuários



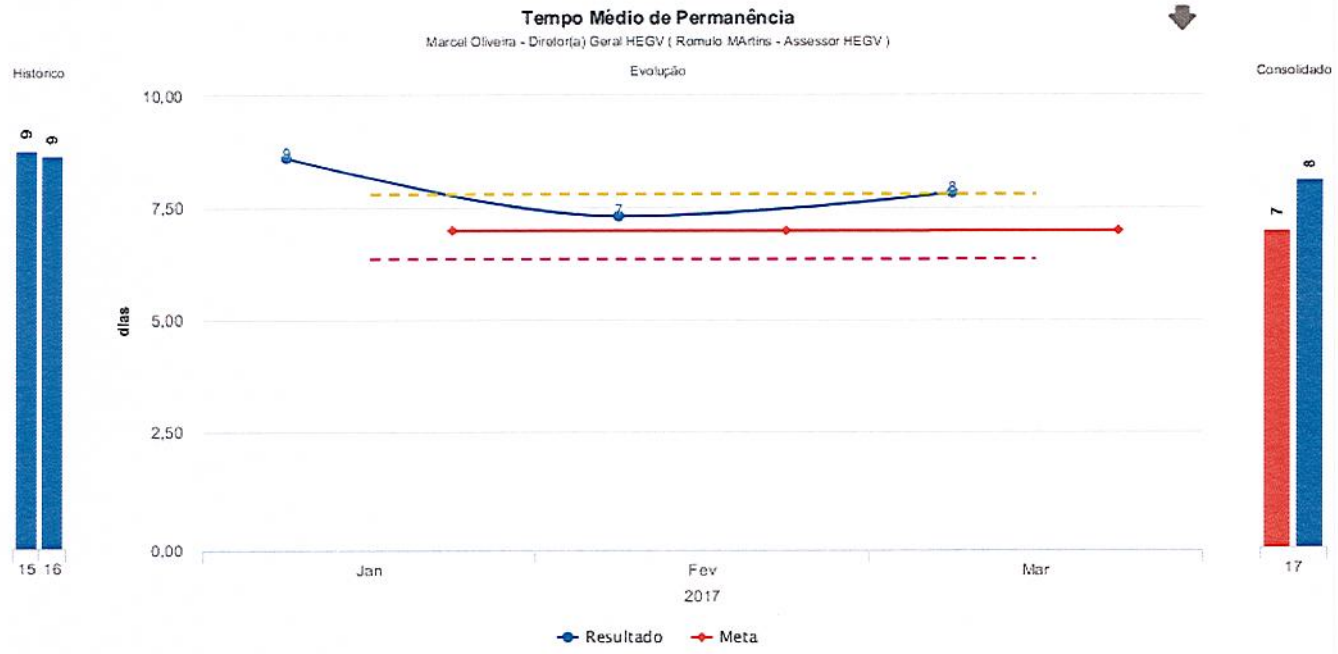
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 107% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

Mantido resultado favorável ao atingir a meta estabelecida.

2.2.7 Tempo Médio de Permanência



Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 88% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

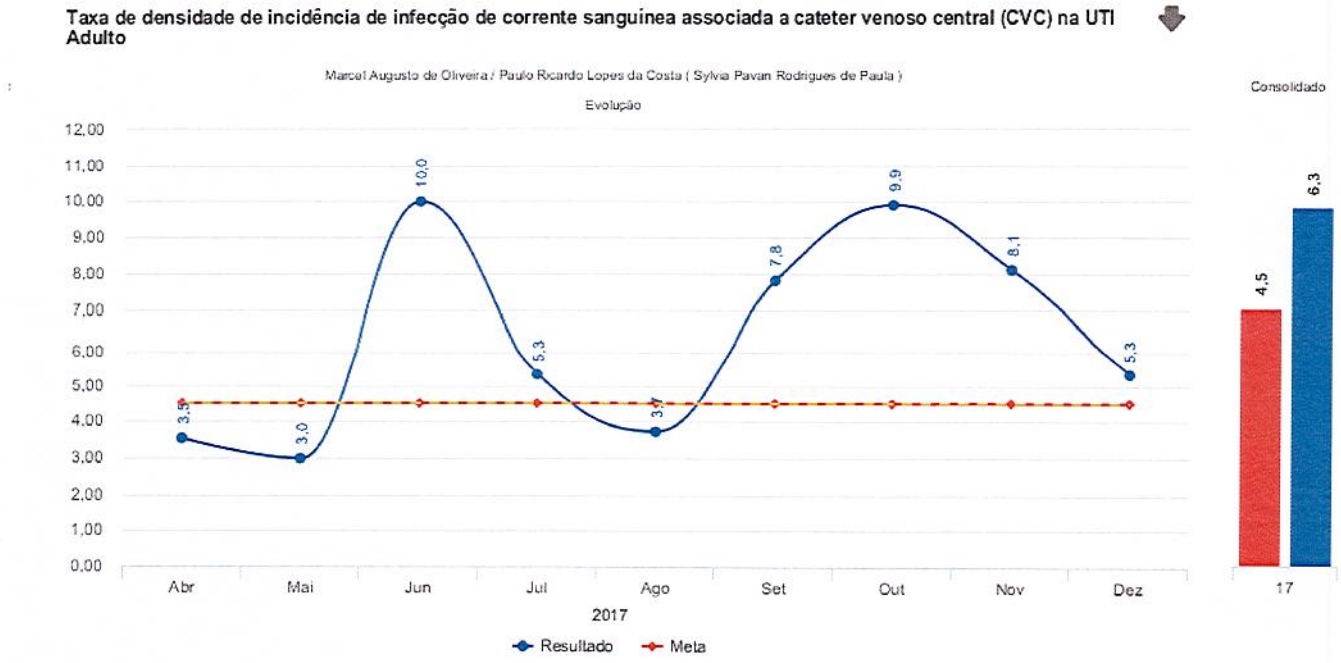
O Tempo Médio de Permanência esteve fora da meta estabalecida, em 2017. Apesar disso, observamos melhora gradual no indicador, apesar de haver ainda muitos pacientes com perfil de resolução em outras instituições (regulados pelo SER) e que tiveram suas saídas postergadas pela insuficiência do número de "vagas" nas instituições de destino, além dos casos de longa permanência aguardando clínicas de Hemodiálise para desospitalização e pacientes sociais aguardando abrigamento.

Outro fator dificultador foi a inoperância do tomógrafo, trazendo retardo no diagnóstico e tratamento de alguns perfis de doentes, impedindo a melhor performance nesse indicadoe.

2.3 METAS QUALITATIVAS (EDITAL Nº 005/2014 – 2º TERMO ADITIVO)

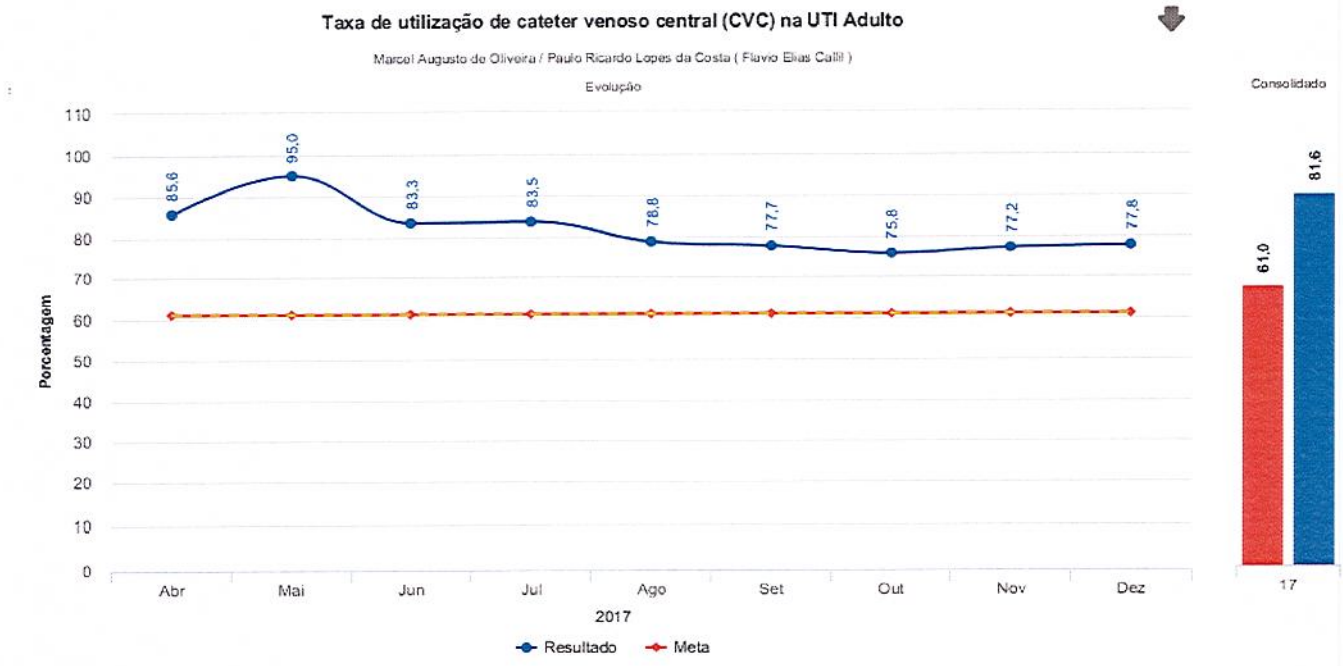
Indicadores mensurados a partir da vigência do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 005/2014 em 15 de março de 2017.

2.3.1 Taxa de densidade de incidência de infecção de corrente sanguínea associada a cateter venoso central (CVC) na UTI Adulto



Análise do Resultado:
O indicador obteve desempenho de 71% no período frente à meta estabelecida.
Comentário:
A permanência do CVC não é isenta de risco, mas as patologias de alta complexidade nos limitam em reduzir este tempo. Vale salientar que a infecção depende do estado imunológico de cada paciente. A equipe multidisciplinar está trabalhando para adequação deste indicador.

2.3.2 Taxa de utilização de cateter venoso central (CVC) na UTI adulto



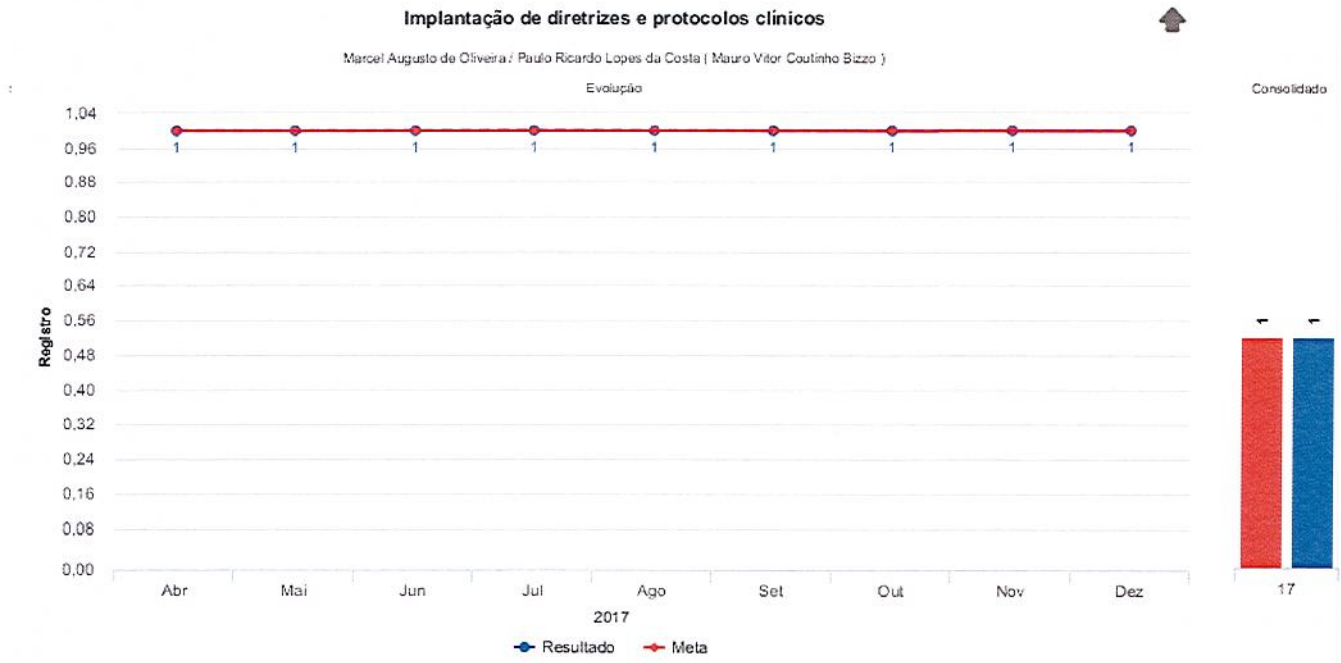
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 75% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

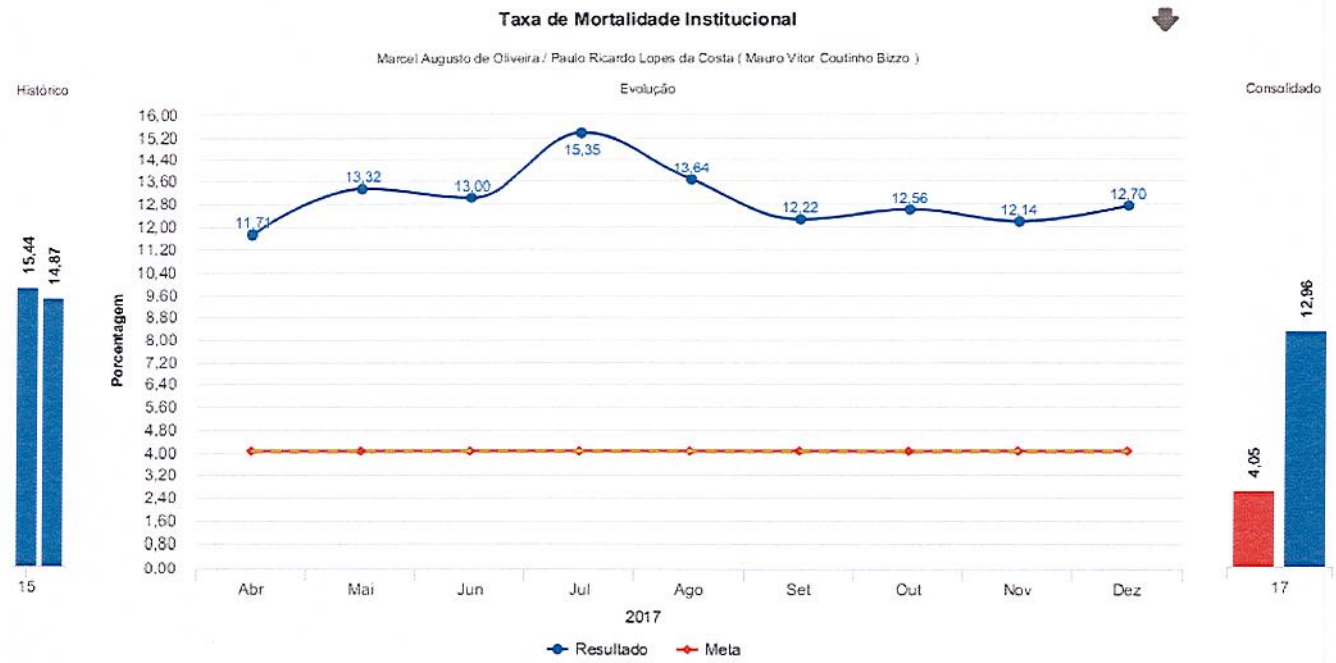
O indicador de Taxa de Utilização de CVC é diretamente proporcional ao indicador de Escore de Gravidade nas UTIs. As equipes estão sendo alertadas sobre as medidas de controle, tais como, o preenchimento das necessidades de acesso profundo nos "*bundles*" e discussão diária acerca das necessidades de manutenção do acesso *versus* retirada precoce nos paciente em terapia intensiva. A alta taxa de utilização de ventilação mecânica nos leva a necessidade de manutenção do CVC.

2.3.3 Implantação de Diretrizes e Protocolos Clínicos



Análise do Resultado:
O indicador obteve desempenho de 100% no período frente à meta estabelecida.
Comentário:
Protocolos de IAM, Sepse Comunitária e AVC Isquêmico implantados desde agosto de 2014. O Controle (auditoria) dos protocolos foi de suma importância para manter-se à frente da meta estabelecida no ano de 2017.

2.3.4 Taxa de Mortalidade Institucional



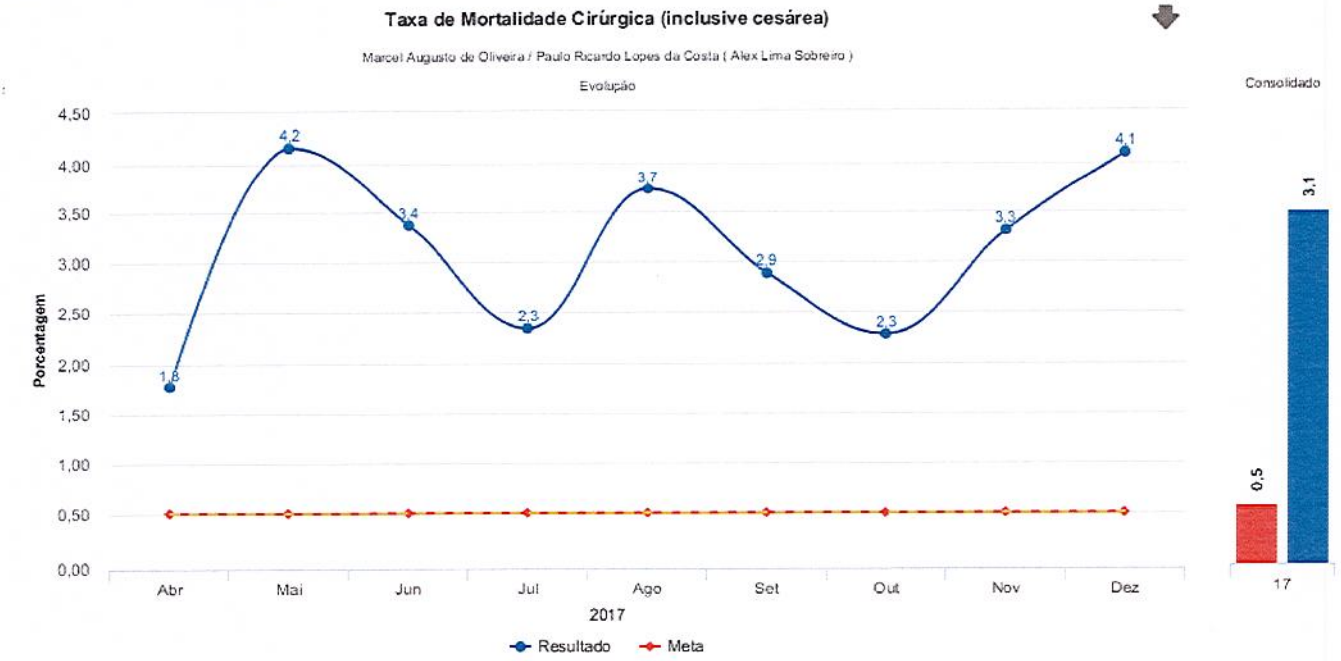
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 31% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

Em análise pormenorizada concentramos maior percentual de óbitos em pacientes idosos e de natureza clínica, com múltiplas comorbidades e escores de gravidade aumentados. Além disso, tivemos leve predomínio de homens (50,8% homens x 49,2% mulheres).

2.3.5 Taxa de Mortalidade Cirúrgica



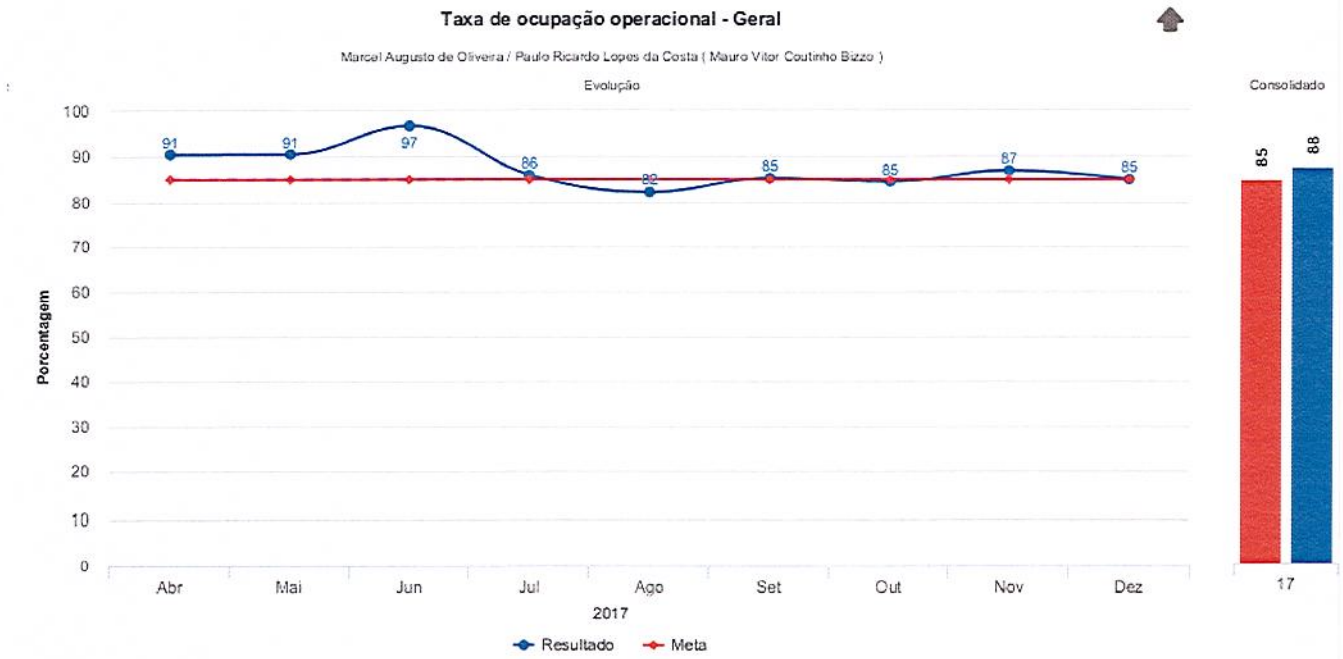
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 16% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

O índice de mortalidade cirúrgica teve um aumento, devido a gravidade dos casos e a diminuição do número de cirurgias eletivas. A meta estipulada no contrato não reflete a nossa realidade, devido ao perfil do hospital. A literatura evidencia um índice de mortalidade de 7,6 a 9,5% em hospitais de trauma norte-americanos.

2.3.6 Taxa de Ocupação Operacional Geral



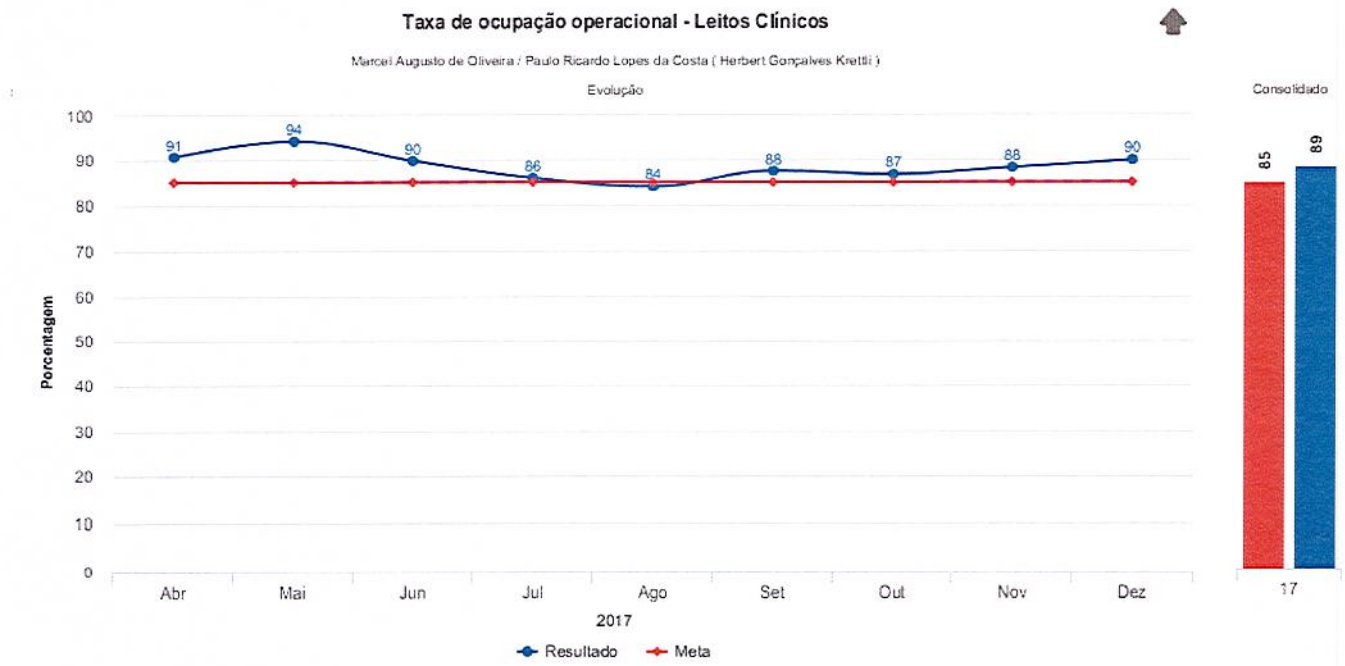
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 103% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

A Taxa de Ocupação operacional geral em 2017, esteve acima da meta contratual. Apesar disso, temos uma disparidade entre as especialidades, tendo grande ocupação na Clínica Médica, Pediatria e UTIs, porém com baixa ocupação nas especialidades cirúrgicas. Entende-se que esse fato está diretamente ligado a um perfil de demanda de porta de entrada, com predomínio de pacientes clínicos, com idade avançada e com escore de gravidade aumentado.

2.3.7 Taxa de Ocupação Operacional Leitos Clínicos



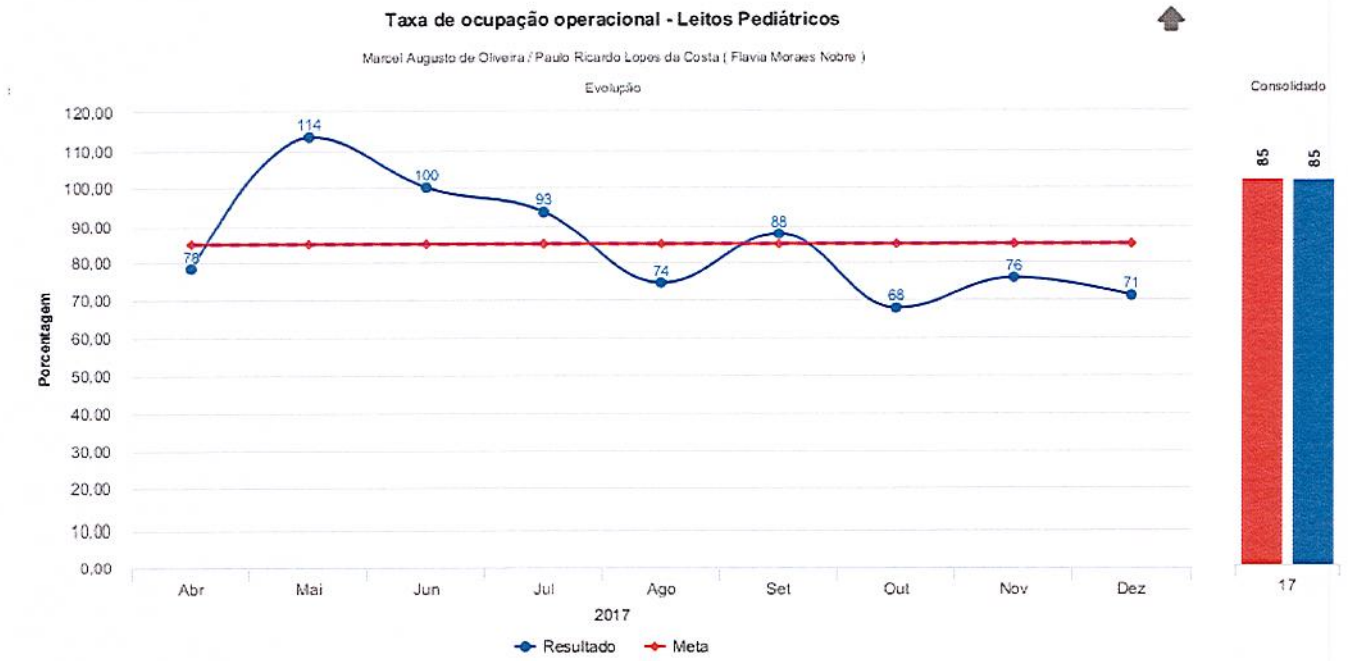
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 105% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

A Taxa de ocupação média anual da Clínica Médica alcançou um valor expressivo de 89%, o que reflete a alta procura por atendimentos de urgência e emergência por pacientes idosos, com múltiplas comorbidades e críticos do ponto de vista de recuperação e desospitalização. Apesar disso, melhoramos o tempo médio de permanência e reduzimos a mortalidade institucional, o que nos aponta para a melhoria contínua dos processos de trabalho, com resultado favorável no ano de 2017.

2.3.8 Taxa de Ocupação Operacional Leitos Pediátricos



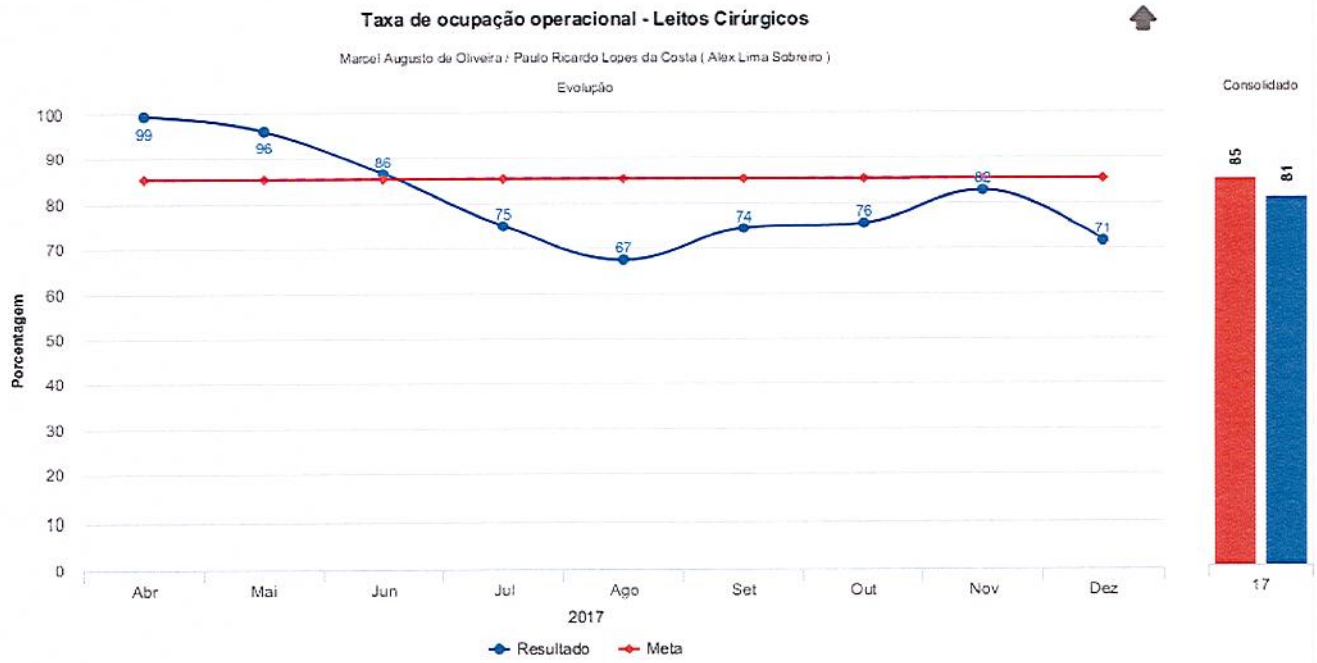
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 100% no período frente à meta estabelecida.

Comentário

Apesar de termos atingido a meta em 2017, observamos nitidamente que a taxa de ocupação na especialidade de Pediatria é variável de acordo com o período de sazonalidade das Infecções Respiratórias da Infância, tendo maior demanda no período de Março a Julho, quando então tende a aumentar o número de Internações de urgência e, por conseguinte, aumentar a ocupação dos leitos da especialidade.

2.3.9 Taxa de Ocupação Operacional Leitos Cirúrgicos



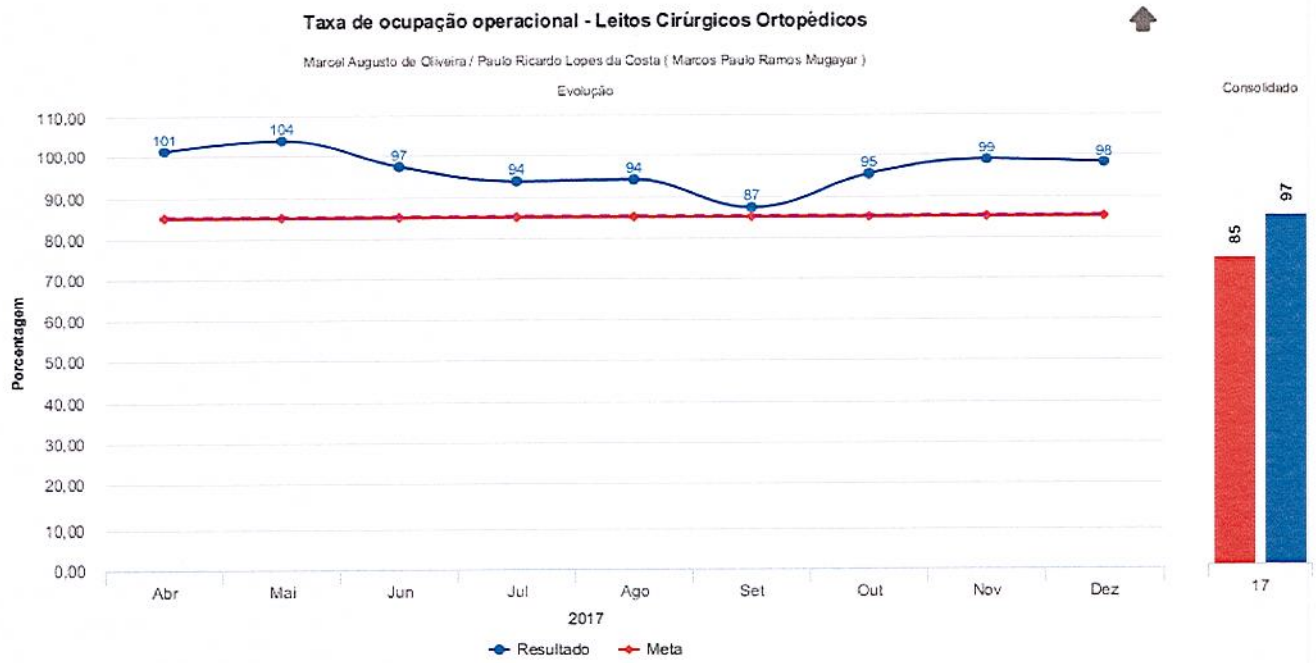
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 95% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

A internação no serviço de cirurgia geral deu-se pela emergência e, em menor escala, pelo ambulatório. Ocorreu diminuição da procura de pacientes na emergência para esta clínica, somados a diminuição do número de cirurgias eletivas pela falta do aparelho de videolaparoscopia, que limita alguns tipos de cirurgias, dificultando o alcance da meta.

2.3.10 Taxa de Ocupação Operacional Leitos Ortopédicos



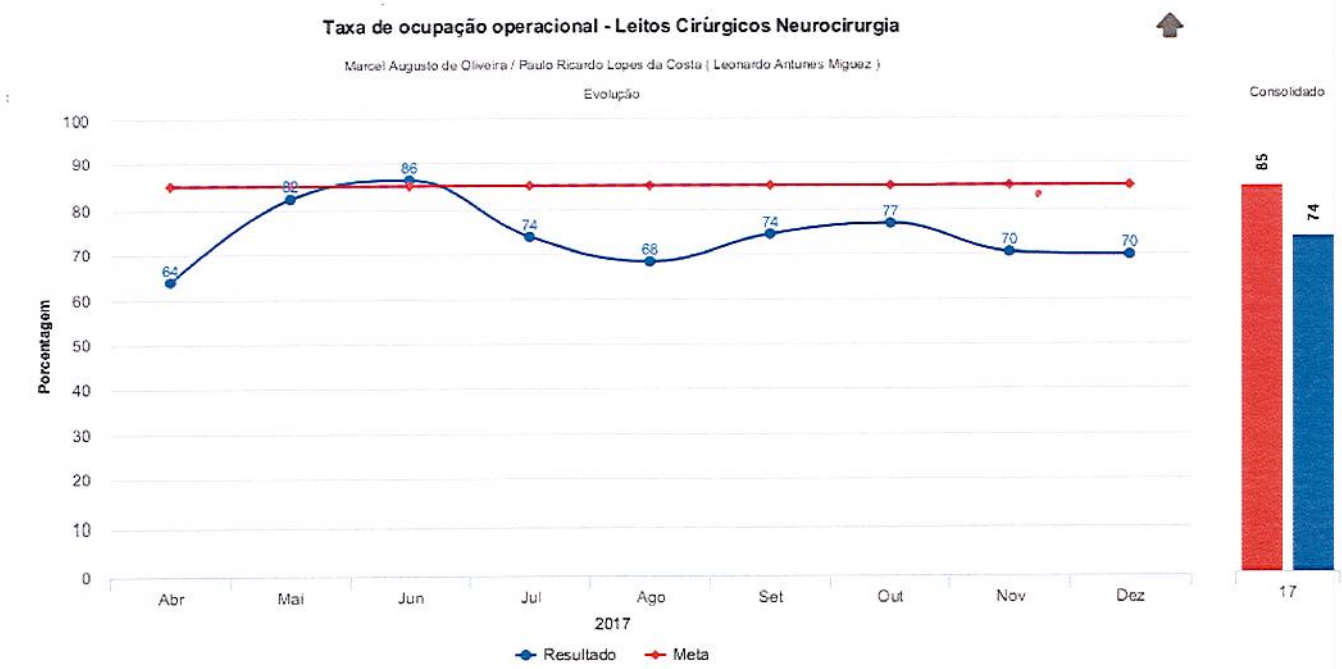
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 114% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

A taxa de ocupação operacional dos leitos ortopédicos alcançou o seu maior desempenho em toda a série histórica do contrato, desde 2014. Vale ressaltar que o serviço de ortopedia é dependente da demanda de porta e pacientes oriundos do ambulatório. A não resolutividade de alguns casos eleva o tempo de permanência e aumenta também a taxa de ocupação.

2.3.11 Taxa de Ocupação Operacional Leitos Neurocirurgia



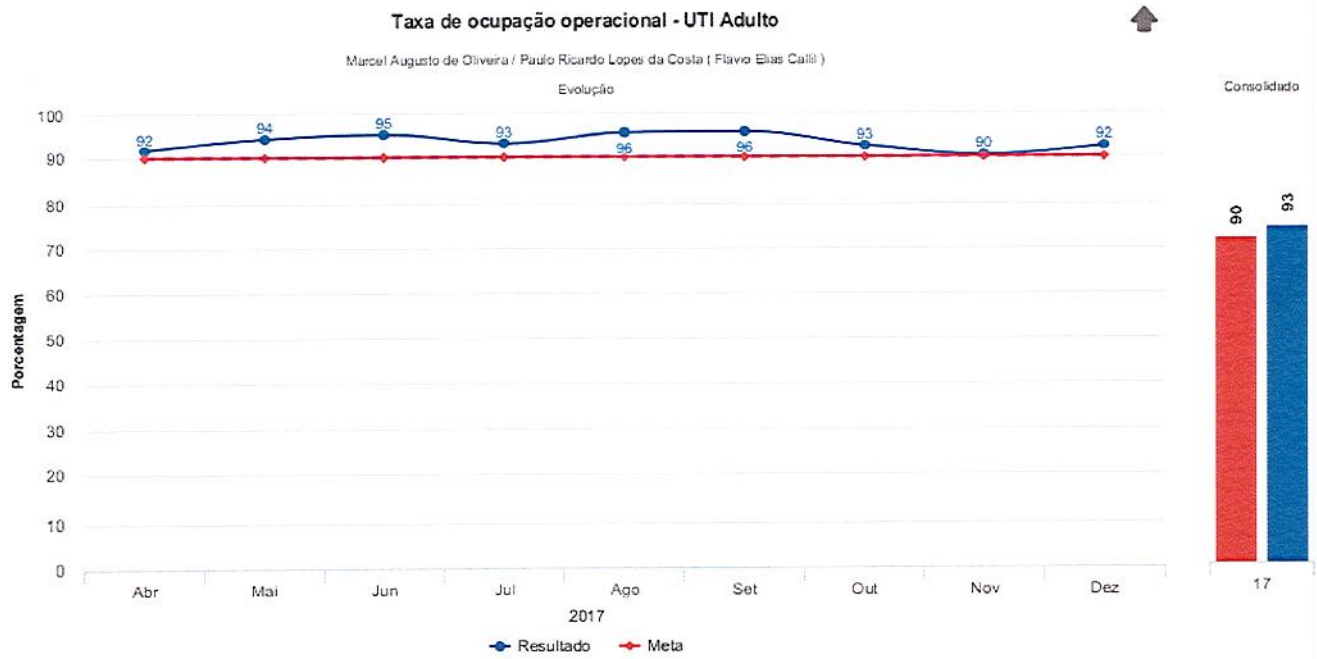
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 87% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

A taxa de ocupação da neurocirurgia é dependente da procura espontânea e referenciada, com foco nas grandes urgências e emergências, especialmente casos de AVC hemorrágico e TCE. Dessa forma, não evidenciamos demanda reprimida na emergência do hospital, o que nos aponta para a baixa demanda espontânea como causa do não cumprimento do indicador.

2.3.12 Taxa de Ocupação Operacional Leitos UTI



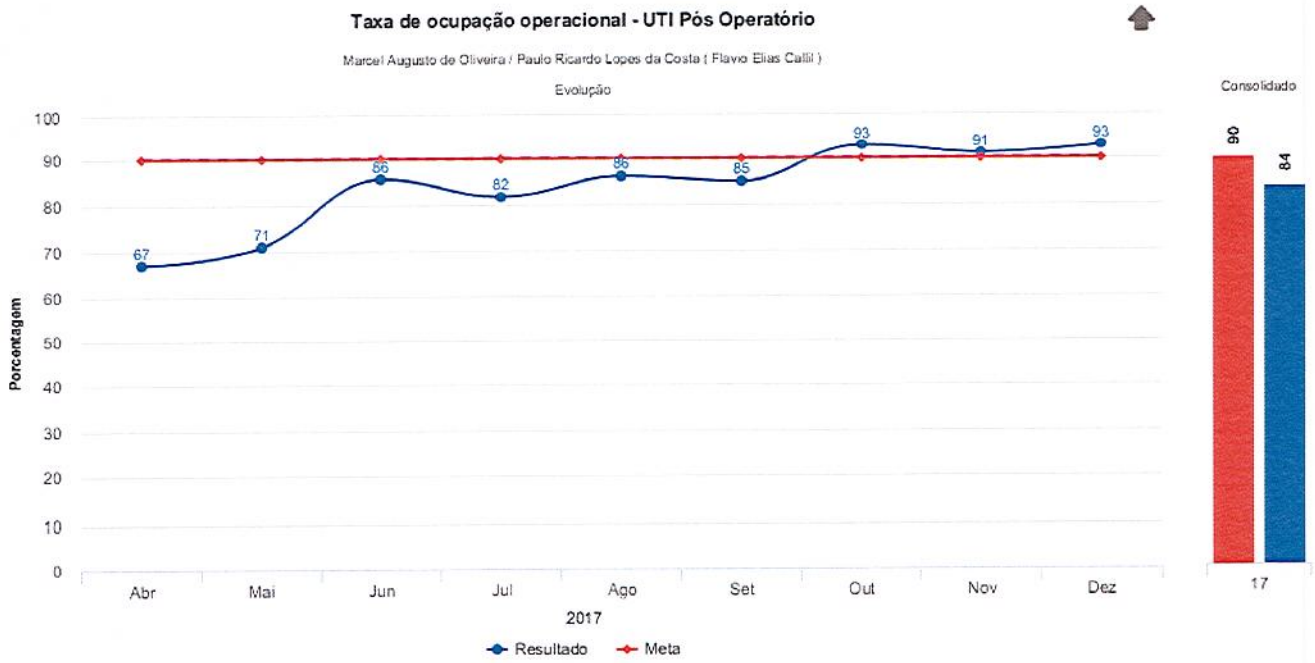
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 103% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

Esta taxa de ocupação reflete a alta qualidade do trabalho realizado na UTI, focado na interação com o setor de emergência e centro cirúrgico facilitando o acesso dos pacientes a UTI.

2.3.13 Taxa de Ocupação Operacional Leitos UTI Pós Operatório



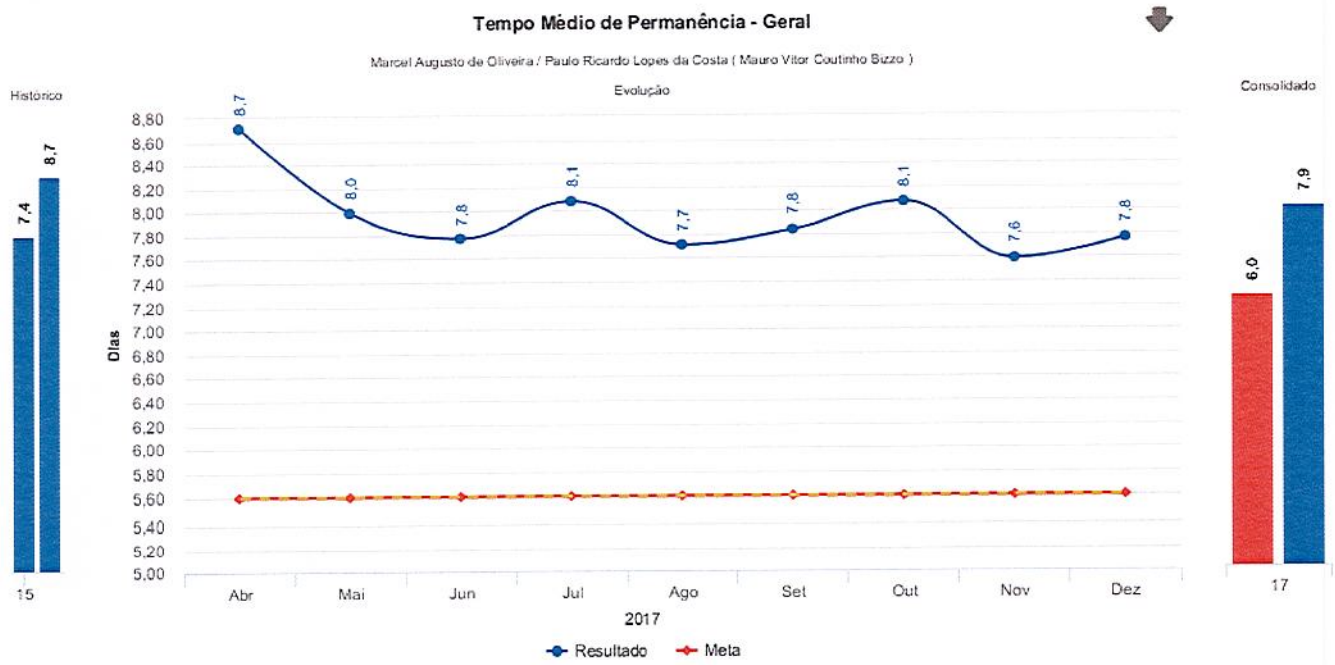
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 93% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

Esta taxa de ocupação reflete a alta qualidade do trabalho realizado na UTI Pós-operatório, focado na interação com o setor de emergência e centro cirúrgico facilitando o acesso dos pacientes a UTI Pós-operatório. As altas de forma ágil têm auxiliado na manutenção desta taxa.

2.3.14 Tempo de Permanência Geral



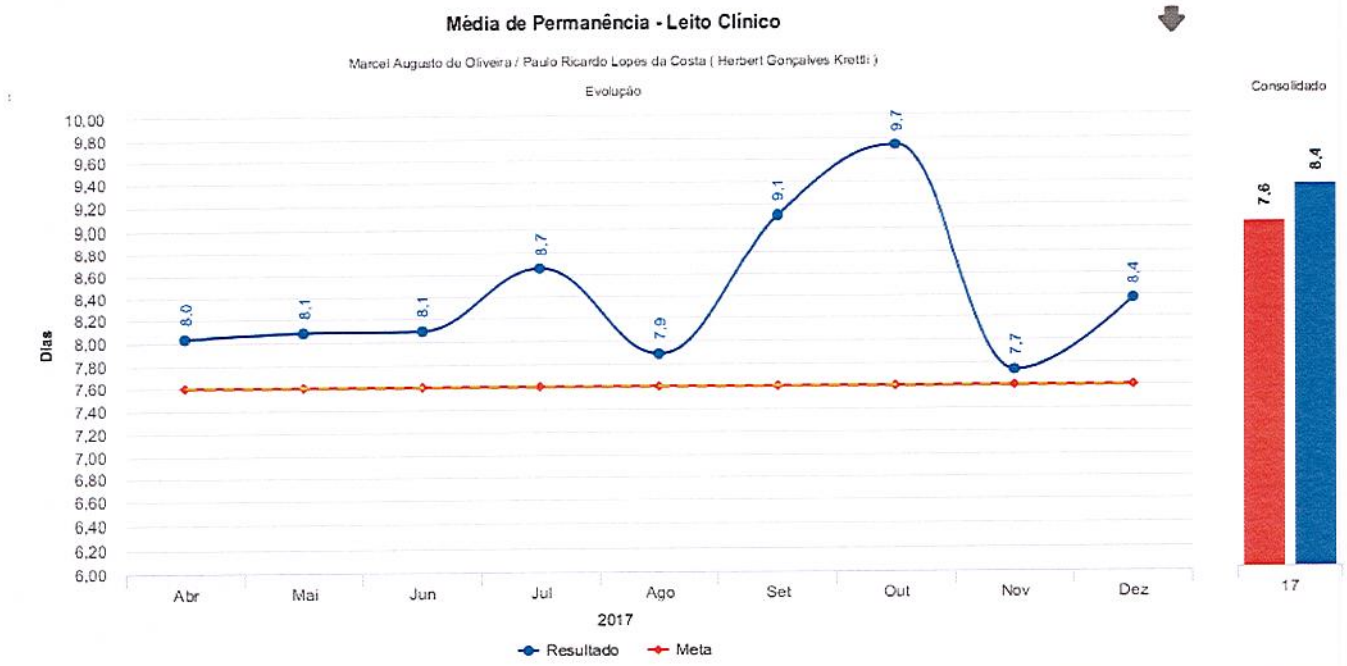
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 76% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

O tempo médio de permanência sofreu decréscimo de 0,8 dias, se comparado ao ano anterior. Apesar disso, algumas condições ainda impedem melhor performance, tal como o não funcionamento adequado do tomógrafo da unidade, o que atrasa em muito o diagnóstico e aumenta o tempo de resolução das patologias, em especial nas especialidades cirúrgicas. Além disso, ressaltamos a redução significativa dos saídos por transferências externas, número esse em queda progressiva e mostra uma rede de retaguarda deficiente de pouca valia para nossa instituição. Ainda, percebemos alguns perfis de pacientes que não possuímos resolutividade interna e que dependem da regulação estadual, como os casos de CPRE, cateterismo e angioplastia, além de cirurgia cardíaca e torácica, dentre outros, e que vem prejudicando o desempenho desse indicador.

2.3.15 Tempo de Permanência Leitos Clínicos



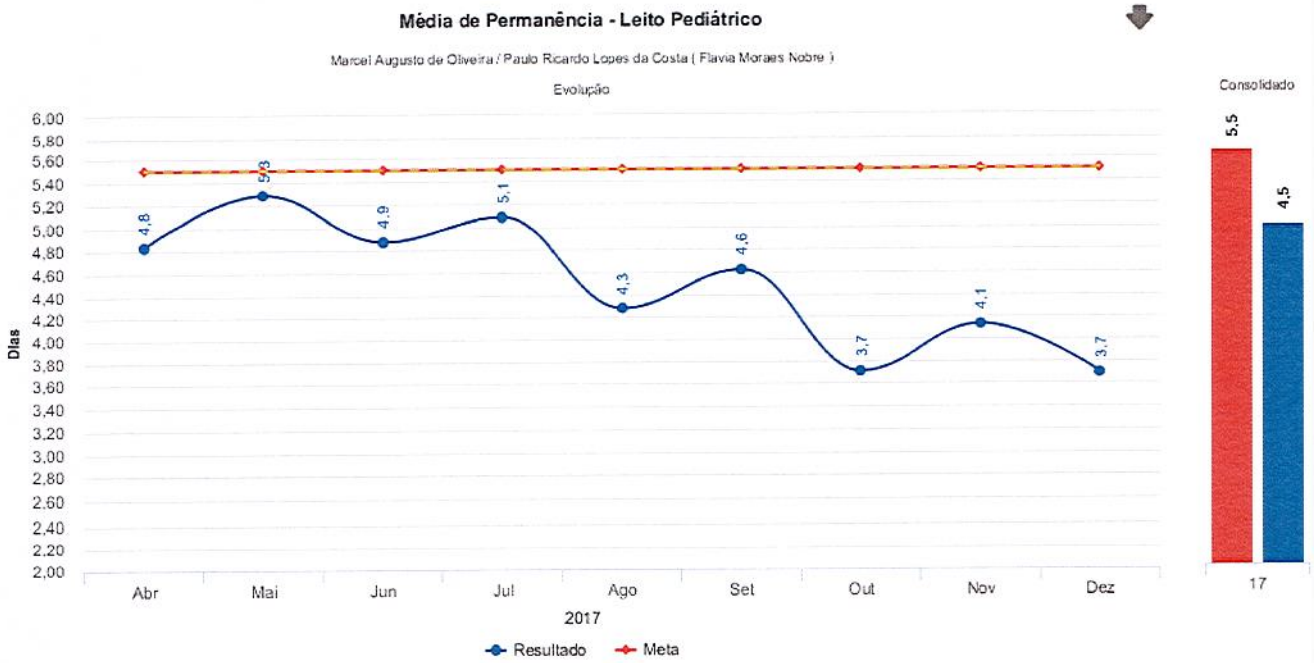
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 90% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

O Tempo Médio de Permanência do paciente internado em leito de Clínica Médica manteve-se na dentro da meta estabelecida. Como previsto, a dificuldade na realização de tomografias, pela inconsistência no funcionamento do aparelho, a demora nas transferências de casos sem resolução pelo CER e pacientes de alta aguardando transferência para clínica satélite para realização de TRS foram os principais fatores apontados como responsáveis pelo aumento do tempo de internação.

2.3.16 Tempo de Permanência Leitos Pediátricos



Análise do Resultado:

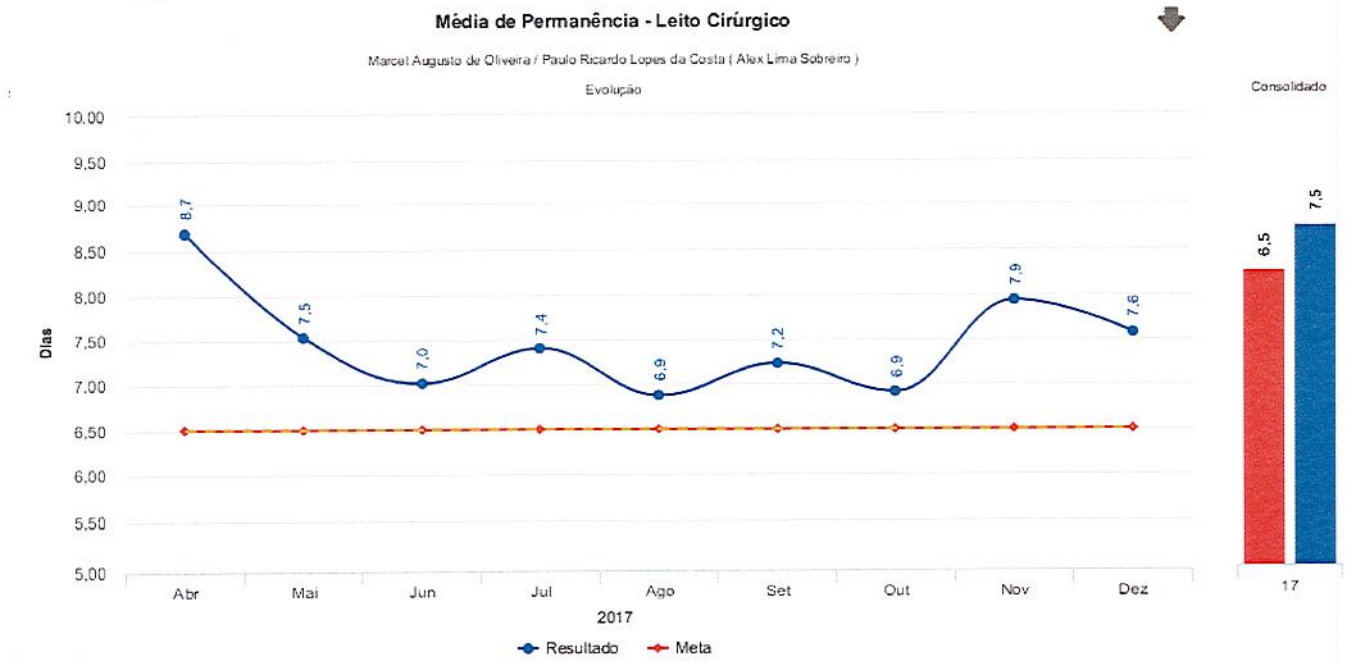
O indicador obteve desempenho de 122% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

Neste ano tivemos uma melhora no giro de leitos da especialidade devido o cumprimento dos protocolos clínicos e a rotina de atendimentos, que contribuíram para a consolidação dos números.

Com a abertura do CTI Pediátrico em meados de dezembro, o perfil de atendimento dos pacientes nos leitos de enfermaria foi alterado, porém, ainda não houve tempo e nem quantitativo suficiente para identificar possíveis alterações no TMP.

2.3.17 Tempo de Permanência Leitos Cirúrgicos



Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 87% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

De acordo com os dados descritos, permanecemos acima da meta estabelecida no contrato. A indisponibilidade do aparelho de videolaparoscopia, a inconsistência no funcionamento do aparelho de tomografia e a falta de resolutividade de alguns casos, que aguardam transferência pelo CER, são os principais fatores que elevam o tempo de permanência, pela diminuição na agilidade nos diagnósticos e resolução das patologias.

2.3.18 Tempo de Permanência Leitos Cirúrgico Ortopédico

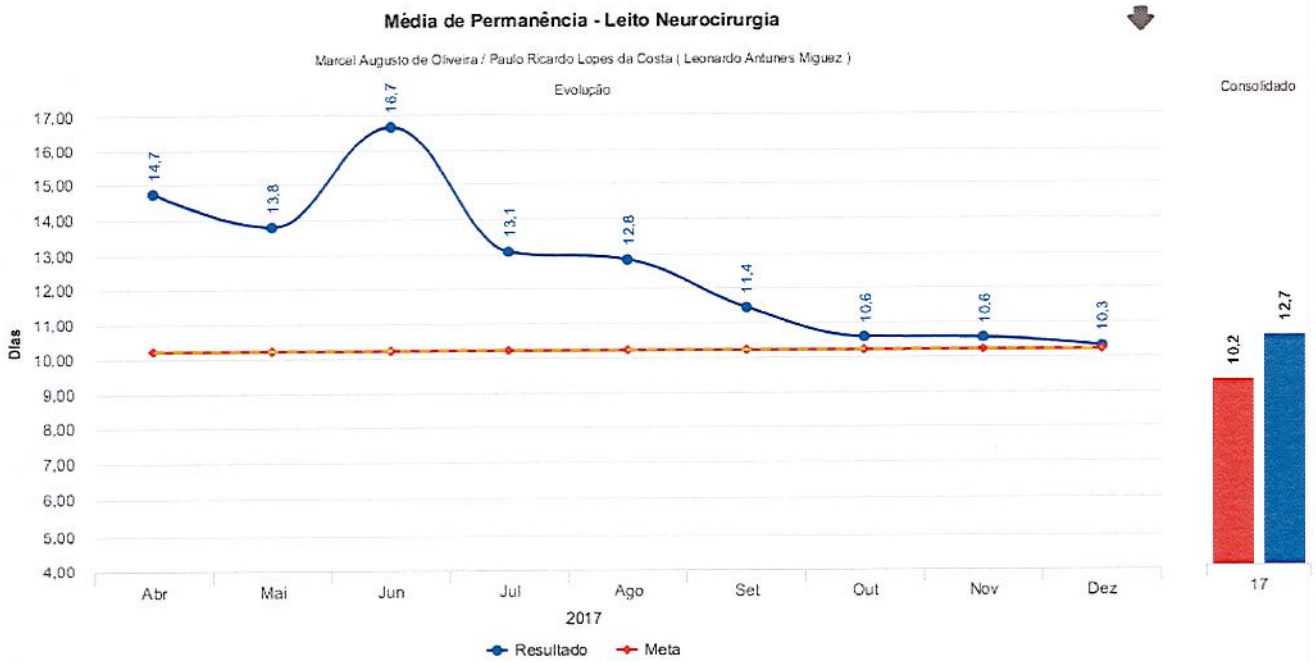
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 104% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

O indicador permaneceu na meta estabelecida no contrato, estando estável nos últimos três meses. O principal impacto ainda são os casos com falta de resolução que demandam de transferência pelo CER para outras unidades.

2.3.19 Tempo de Permanência Leitos Neurocirurgia



Análise do Resultado:

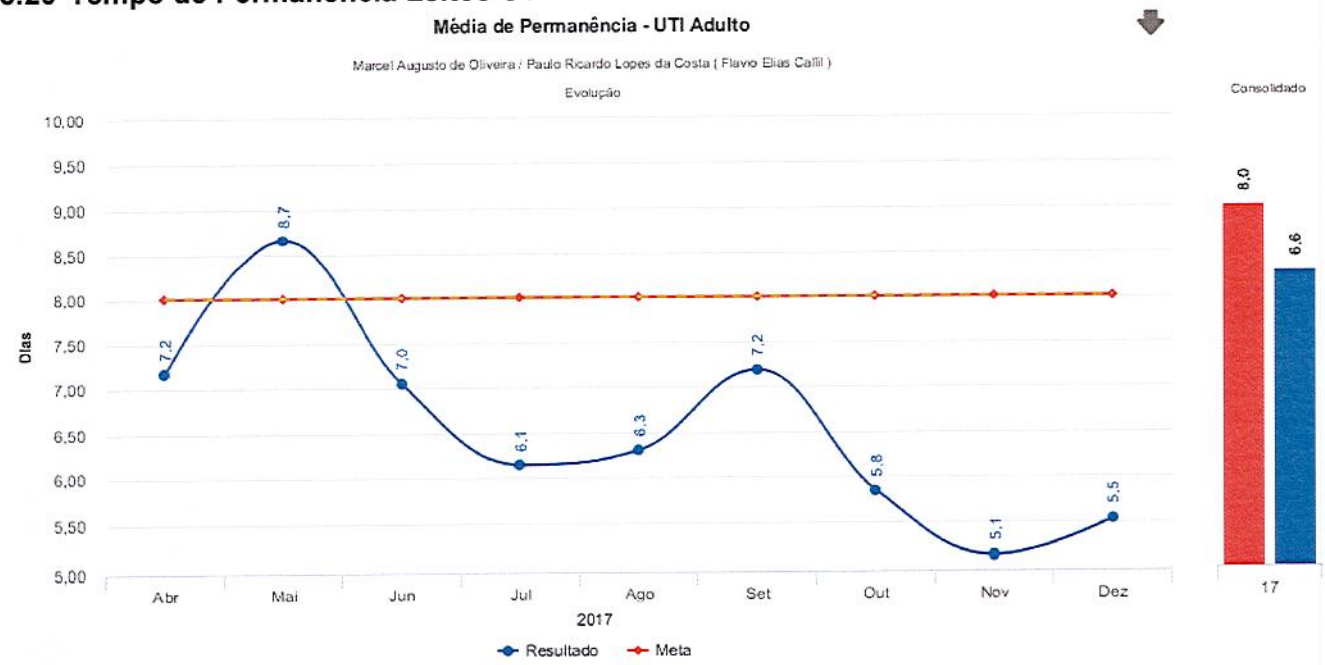
O indicador obteve desempenho de 80% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

As medidas para dar celeridade aos exames complementares mesmo que fora da unidade, bem como correta seleção do uso das ferramentas, vem trazendo o efeito desejado neste indicador. A correta condução dos casos pertinentes ao escopo do hospital e reuniões clínicas para definição dos mesmos vem trazendo o indicador cada vez mais próximo da meta.

Em contrapartida, temos casos de longa permanência que causam impacto negativo que mesmo após diagnóstico e com necessidade de tratamento em hospital de referência, não são absorvidos permanecendo por mais de 90 dias na unidade, o que mesmo com baixíssima permanência, na maioria dos casos acaba por contaminar o resultado.

2.3.20 Tempo de Permanência Leitos UTI



Análise do Resultado:

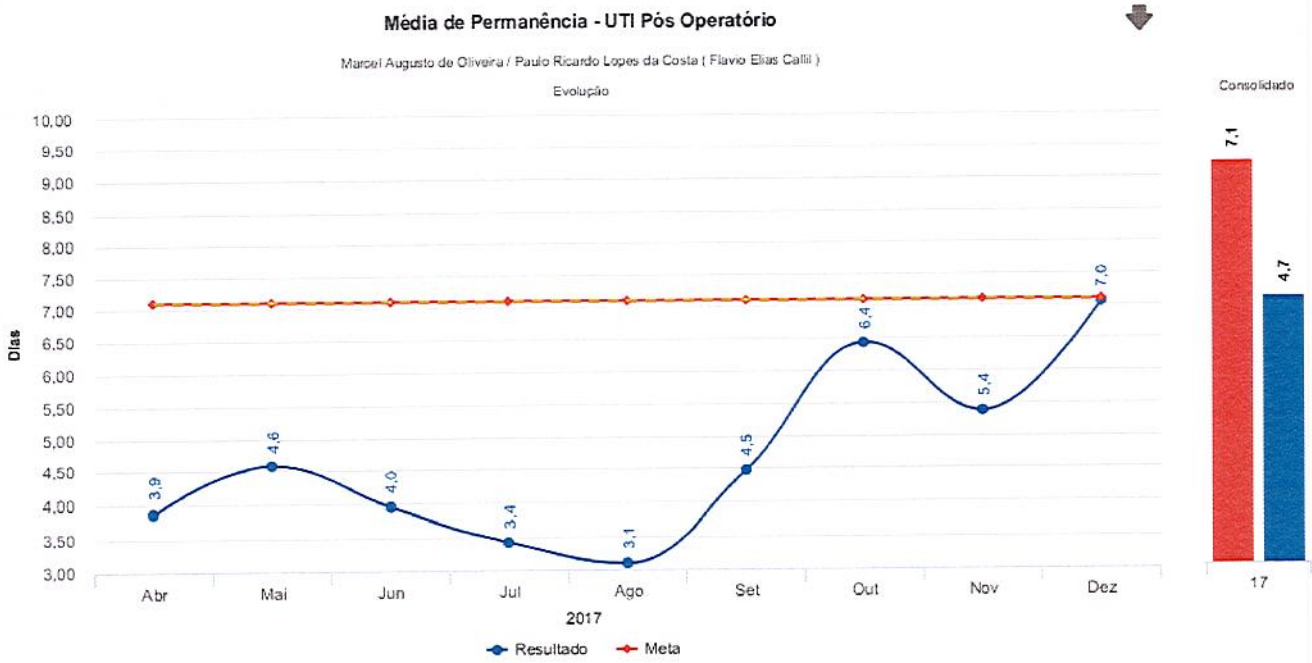
O indicador obteve desempenho de 121% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

Tempo de permanência otimizado diante da alta complexidade dos pacientes, o que demonstra o trabalho focado na melhoria contínua dos processos.

A diminuição deste tempo permite o aumento da oferta de leitos de terapia intensiva para o Hospital.

2.3.21 Tempo de Permanência Leitos UTI Pós Operatório



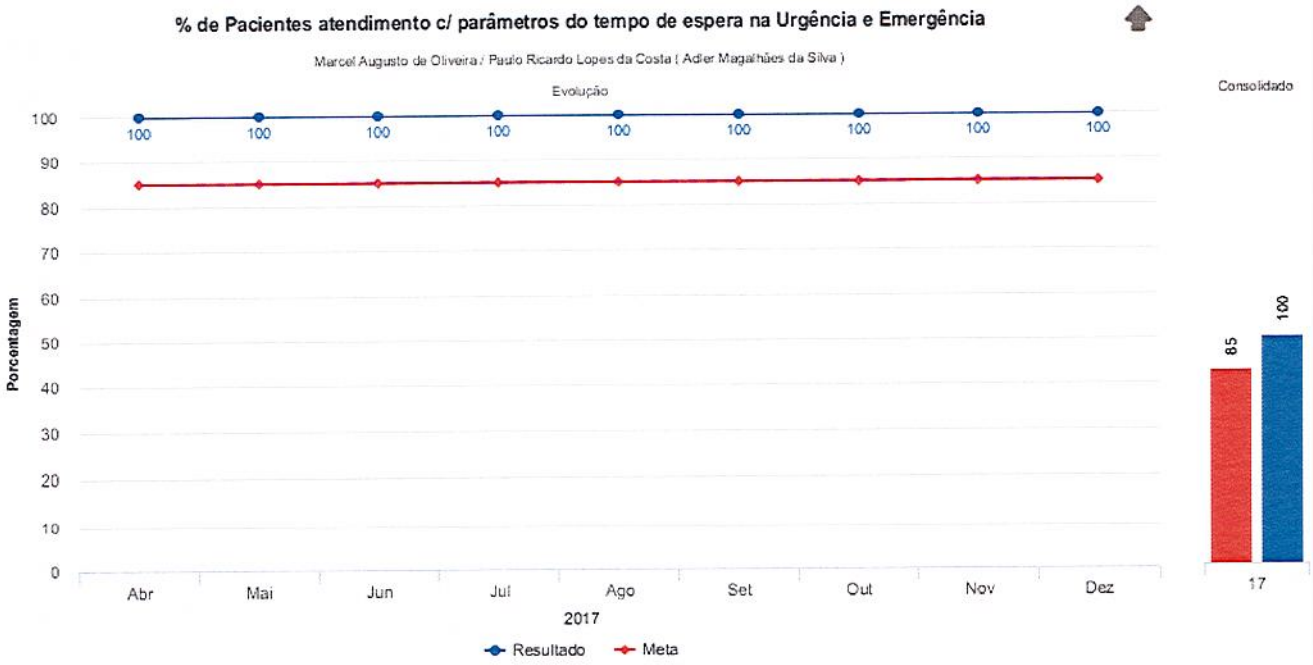
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 151% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

Obtivemos bons resultados para esse indicador, apesar das frequentes inoperâncias do elevador que dificultam a admissão e alta na UTI. Contudo, estivemos dentro da meta em todos os meses de 2017.

2.3.22 Porcentagem de pacientes atendidos de acordo com parâmetros do tempo de espera na Urgência e Emergência



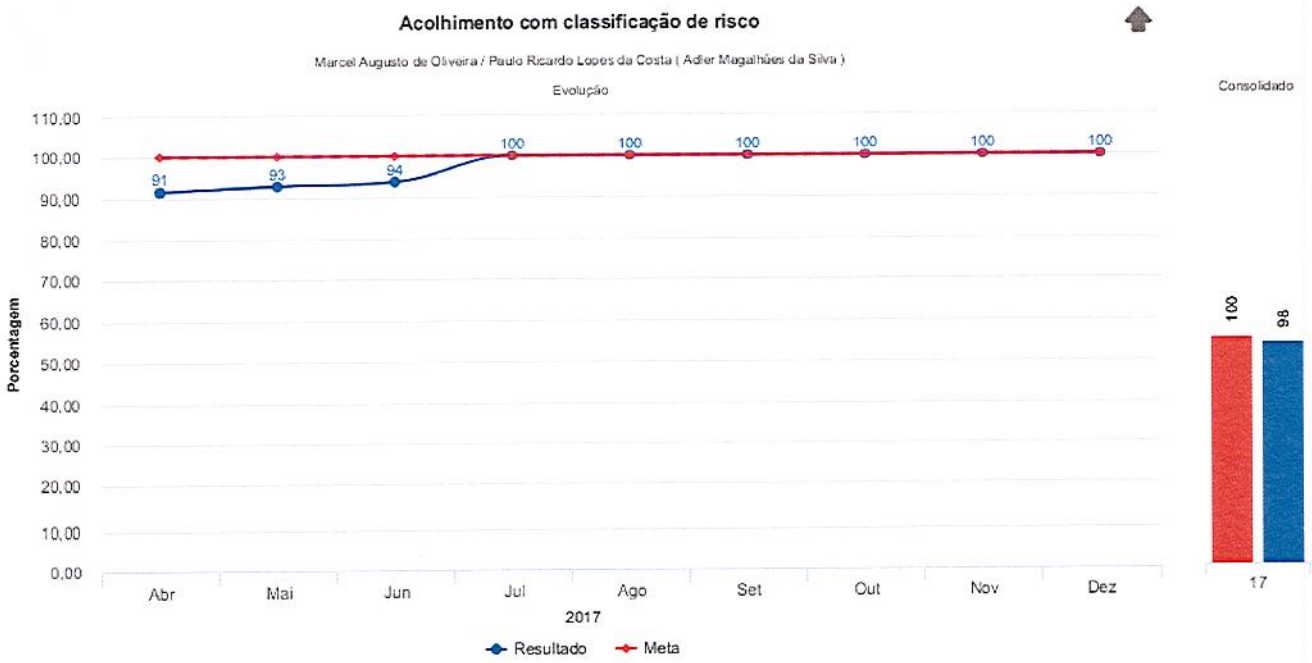
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 100% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

Neste ano mantivemos o alcance da meta. Todos os pacientes acolhidos na unidade foram atendidos no tempo preconizado devido ao modelo de atendimento às urgências e emergências implantado. O atendimento é prestado em sequência instantânea, sendo o tempo de espera com tendência a zero. A meta deste indicador vem sendo alcançada, evidenciando que os processos estão consolidados.

2.3.23 Acolhimento com Classificação de Risco



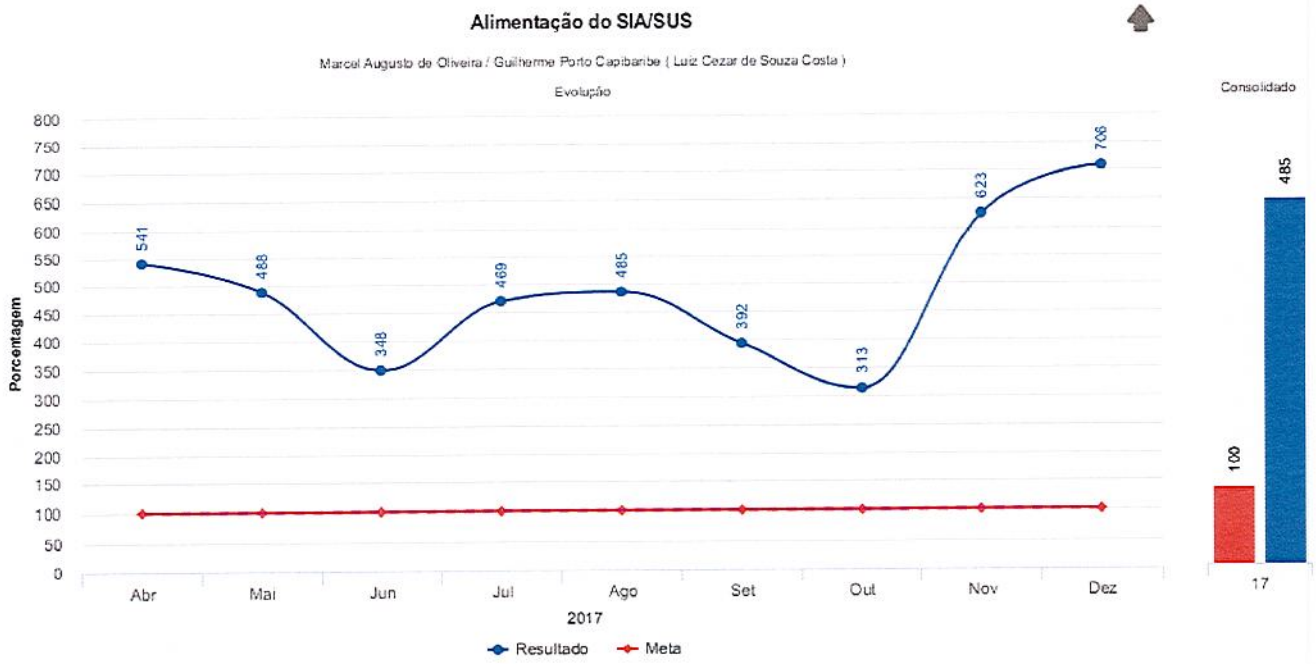
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 98% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

No ano de 2017, mantivemos o alcance da meta com vistas às ações implementadas permanecem efetivas; trazendo dinamismo ao atendimento e benefício ao usuário. Todos os pacientes atendidos nas portas de entrada do HEGV foram classificados quanto ao risco, o que traz um enorme ganho de qualidade e segurança ao atendimento.

2.3.24 Alimentação do SIA/SUS



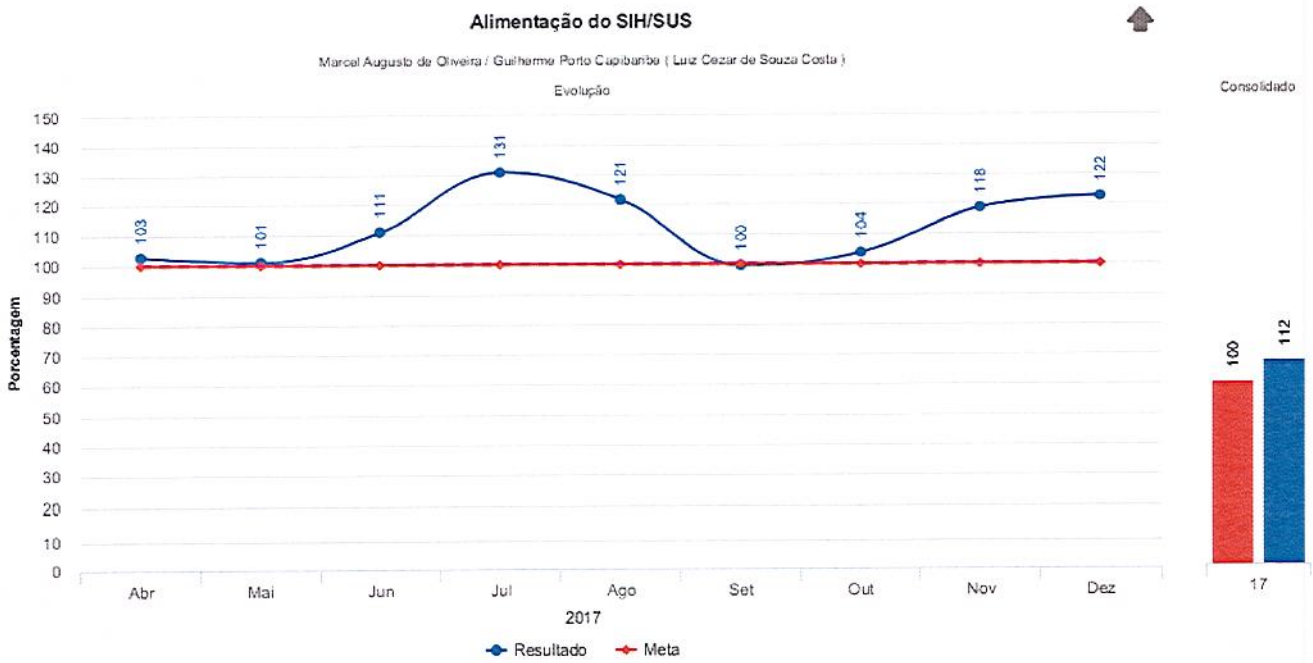
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 485% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

Devido à qualidade dos BPAs faturados e com volume de atendimentos dos BAAs excedemos significativamente a meta definida.

2.3.25 Alimentação do SIH/SUS



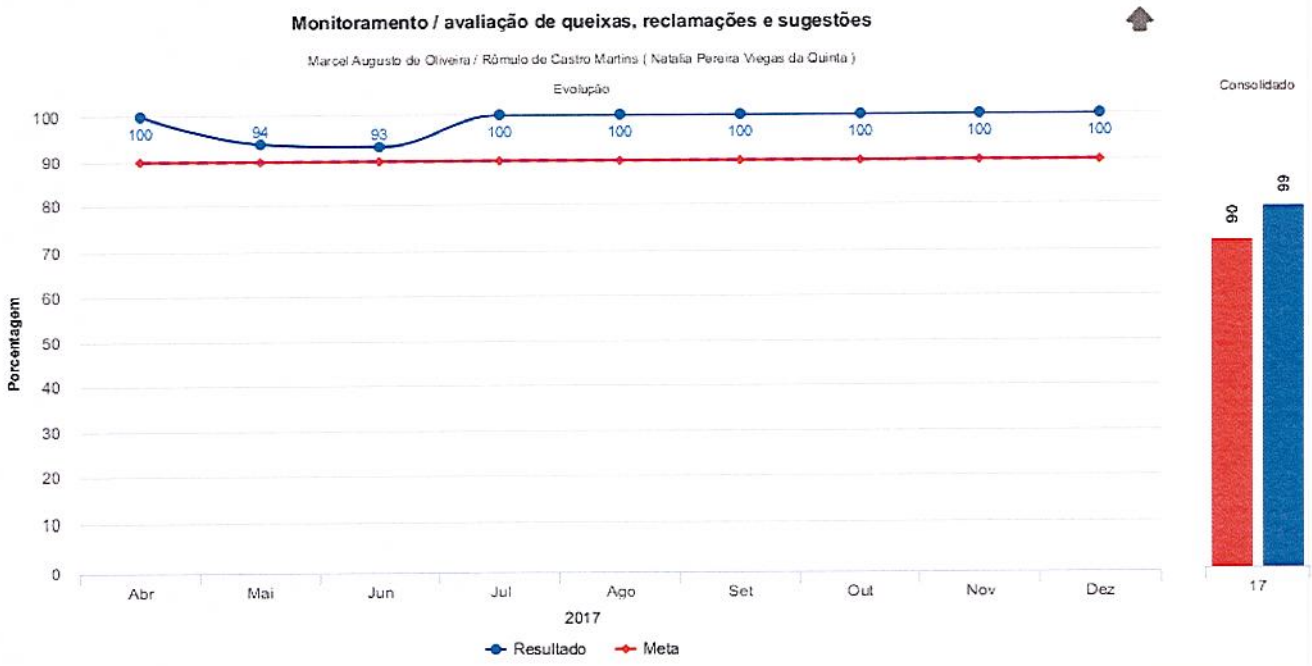
Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 112% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

De acordo com um volume de pacientes internados. O índice SIH/SUS superou a meta.

2.3.26 Monitoramento e avaliação de queixas, reclamações e sugestões



Análise do Resultado:

O indicador obteve desempenho de 110% no período frente à meta estabelecida.

Comentário:

Seguimos com avanço de resolubilidade das reclamações e solicitações, todas concluídas, fechadas ou arquivadas, conforme relatório do sistema Ouvidor SUS.

3 INDICADORES DE PRODUÇÃO

3.1 Capacidade Hospitalar Instalada

Unidades	Edital nº 005/2014	Edital (3º T.A.)	Operacional
Clínica Cirúrgica	155	155	50
Neurocirurgia	-	-	16
Ortopedia	-	-	49
Clínica Médica	41	41	81
Pediatria	24	24	24
UTI Adulto 1	24	20	20
UTI Adulto 2	13	10	10
UTI Pediátrica	-	8	8
UPO	10	10	10
Total de leitos de Internação	**267**	**268**	**268**
Sala Amarela Adulto	16	18	9
Sala Vermelha	2	0	5
Sala Amarela Pediátrica	9	9	9
Sala Verde Masculina	16	16	18
Sala Verde Feminina	16	16	18
Total de leitos Emergência	**59**	**59**	**59**
Total de leitos	**326**	**327**	**327**

3.2 Internações por Unidade

Internações por Unidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Clínica Médica	3	4	2	1	5	2	4	6	2	5	3	2	**39**
Clínica Cirúrgica	43	47	57	12	18	39	37	26	47	52	29	26	**433**
Clínica Ortopédica	6	24	16	3	3	2	4	2	15	6	1	3	**85**
Pediatria	4	4	3	1	2	1	0	6	0	0	0	2	**23**
Sala Amarela Pediátrica	73	88	140	146	228	185	188	168	174	174	191	175	**1930**
UTI Adulto	5	2	2	0	1	2	1	1	0	0	1	1	**16**
UPO	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**1**
Sala Amarela	4	1	2	1	0	1	1	6	0	0	1	2	**19**
UTI Pediátrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	**2**
Sala Verde Masculina	419	436	540	443	557	495	477	469	487	475	499	456	**5753**
Sala Verde Feminina	324	338	405	416	414	399	347	381	348	336	431	390	**4529**
Emergência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**0**
Total de Internações	**881**	**944**	**1167**	**1023**	**1228**	**1126**	**1060**	**1065**	**1073**	**1048**	**1156**	**1059**	**12830**

Fonte: Pró Saúde /Plano Estatístico

3.3 Nº de Saídos por Unidade

Nº. de saídos por Unidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Clínica Médica	228	213	250	258	251	243	239	259	224	198	287	255	2905
Clínica Cirúrgica	149	214	231	178	206	191	172	163	181	198	181	165	2229
Clínica Ortopédica	135	160	160	132	198	189	172	178	215	195	199	197	2130
Pediatria	55	80	98	117	158	147	134	126	119	113	120	143	1410
Sala Amarela Pediátrica	24	19	36	44	62	56	54	52	69	74	62	53	605
UTI Adulto	66	70	72	47	43	59	77	65	58	55	62	55	729
UPO	11	16	11	7	12	15	17	16	12	15	18	14	164
Sala Amarela	30	25	32	31	36	26	20	23	30	29	23	29	334
UTI Pediátrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Sala Verde Masculina	111	81	145	96	156	144	117	94	95	108	75	98	1320
Sala Verde Feminina	99	60	77	106	102	84	73	102	61	74	93	101	1032
Emergência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Total de saídos	**908**	**938**	**1112**	**1016**	**1224**	**1154**	**1075**	**1078**	**1064**	**1059**	**1120**	**1110**	**12858**

Fonte: Pró Saúde / Plano Estatístico

3.4 Média de Permanência por unidade

Média de Permanência	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Clínica Médica	9,82	9,18	7,79	7,53	7,17	7,62	7,67	6,59	8,42	9,20	6,22	7,03	7,85
Clínica Cirúrgica	7,54	6,41	6,17	8,45	7,00	7,67	7,13	6,43	6,50	7,05	7,40	6,52	7,02
Clínica Ortopédica	9,53	6,66	7,04	7,57	5,37	5,33	6,10	5,77	4,41	5,50	4,90	5,12	6,11
Pediatria	4,40	3,73	3,58	4,07	4,38	3,78	4,61	3,95	4,47	3,92	3,87	3,31	4,01
Sala Amarela Pediátrica	4,13	6,53	1,12	1,45	1,90	1,63	1,60	1,20	1,67	1,05	1,38	1,14	2,07
UTI Adulto	5,69	5,23	6,32	7,17	8,66	7,05	6,14	6,30	7,19	5,84	5,14	5,52	6,35
UPO	4,85	3,18	2,95	3,87	4,58	3,95	3,42	3,10	4,47	6,42	5,37	7,05	4,43
Sala Amarela	2,24	1,90	1,35	2,50	2,94	3,01	2,36	1,88	2,79	2,23	2,68	2,42	2,36
UTI Pediátrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,43	9,43
Sala Verde Masculina	6,66	5,86	1,67	1,28	1,72	1,54	1,28	1,01	1,28	1,32	1,13	1,25	2,17
Sala Verde Feminina	7,08	5,32	1,37	1,63	1,47	1,22	1,12	1,32	1,22	1,39	1,67	1,65	2,21
Emergência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Média Geral de Permanência	**8,63**	**7,31**	**7,80**	**8,71**	**7,99**	**7,77**	**8,08**	**7,71**	**7,84**	**8,07**	**7,59**	**7,76**	**7,94**

Fonte: Pró Saúde / Plano Estatístico

3.5 Volume Cirúrgico

Volume Cirúrgico	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Cirurgias de Urgência	292	230	291	301	354	327	227	249	211	249	319	201	**3251**
Cirurgias Eletivas	165	294	346	226	223	254	233	222	241	197	167	208	**2776**
Total Geral de Cirurgias	**457**	**524**	**637**	**527**	**577**	**581**	**460**	**471**	**452**	**446**	**486**	**409**	**6027**

Fonte: Pró Saúde / Plano Estatístico

3.6 Nº de Cirurgias por Porte

Número de Cirurgias por Porte	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Cirurgias Grandes	4	7	2	5	6	8	4	3	1	4	5	7	**56**
Cirurgias Médias	262	382	415	371	358	381	327	316	314	297	331	298	**4052**
Cirurgias Pequenas	191	135	220	151	213	192	129	152	137	145	150	104	**1919**
Curetagens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**0**
Cesáreas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**0**
Total Geral de Cirurgias por Porte	**457**	**524**	**637**	**527**	**577**	**581**	**460**	**471**	**452**	**446**	**486**	**409**	**6027**

Fonte: Pró Saúde / Plano Estatístico

3.7 Nº de Cirurgias por Especialidade

Número de Cirurgias - Especialidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Cirurgia Geral	116	133	157	130	132	166	133	123	141	120	135	97	1583
Cirurgia Ortopédica	255	266	322	264	275	288	266	280	242	263	287	261	3269
Cirurgia Vascular	30	34	34	31	50	37	25	31	36	31	21	16	376
Cirurgia Neurológica	11	26	28	23	43	33	17	22	20	14	23	17	277
Cirurgia Proctologia	2	3	5	2	1	4	0	0	0	0	0	0	17
Cirurgia Urológica	25	42	60	47	38	16	0	1	0	0	0	0	229
Cirurgia Buco	6	2	9	7	8	7	4	2	2	6	7	6	66
Cirurgia Plástica	4	3	4	8	7	3	0	0	0	0	0	0	29
Outros	8	15	18	15	23	27	15	12	11	12	13	12	181
Total Geral de Cirurgias por Especialidade	**457**	**524**	**637**	**527**	**577**	**581**	**460**	**471**	**452**	**446**	**486**	**409**	**6027**

Fonte: Pró Saúde / Plano Estatístico

3.8 Taxa de Ocupação por Especialidade

Taxa de Ocupação - Especialidade	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Clínica Médica	127,54	119,88	133,12	129,24	135,05	87,44	85,65	85,91	91,02	86,22	84,01	93,50	104,88
Clínica Cirúrgica	34,92	43,51	48,39	58,03	60,70	101,57	83,83	70,53	81,12	80,54	85,06	75,47	68,64
Clínica Ortopédica	119,24	89,48	111,91	100,79	100,18	85,44	90,72	101,53	81,17	100,17	106,67	97,83	98,76
Clínica Pediátrica	28,18	36,66	42,50	73,43	105,50	95,05	85,04	63,73	77,88	60,90	71,11	57,59	66,47
Clínica Neonatológica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	74,31	72,05	82,25	86,80	92,78	91,72	85,98	82,20	85,27	84,54	86,95	84,99	84,15

Fonte: Pró Saúde / Plano Estatístico

3.9 Taxa de Ocupação por Unidade

Porcentagem de Ocupação - Unidade	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Clinica Médica	89,21	86,24	90,56	91,44	89,92	89,63	90,40	88,97	91,48	92,35	88,60	89,92	89,89
Clinica Cirúrgica	41,20	55,68	58,76	67,58	67,19	80,38	70,65	63,13	69,95	71,52	72,62	63,69	65,20
Clínica Ortopédica	88,33	80,93	91,28	89,15	86,55	88,07	89,61	90,61	81,04	90,61	89,33	88,82	87,86
Pediatria	32,53	44,35	48,12	72,92	97,18	87,64	86,16	72,72	77,64	65,86	66,67	66,80	68,21
Sala Amarela Pediátrica	31,94	44,29	49,68	84,00	141,61	132,22	112,54	79,21	114,44	72,76	100,37	81,00	87,01
UTI Adulto	85,35	86,39	89,80	91,71	94,33	95,32	93,20	95,64	95,86	92,59	90,36	106,88	93,12
UPO	73,55	73,93	70,32	67,00	70,97	85,67	81,61	86,13	85,00	93,23	91,33	93,23	81,00
Sala Amarela	56,60	48,05	48,97	68,18	71,55	42,96	40,68	37,63	42,41	33,15	35,74	42,47	47,37
UTI Pediátrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26,61	26,61
Sala Verde Masculina	148,99	106,03	194,15	133,96	206,05	177,50	135,48	109,07	133,75	136,49	124,58	132,86	144,91
Sala Verde Feminina	141,33	71,21	115,32	151,46	140,52	110,00	92,74	113,31	103,13	101,41	166,88	154,84	121,85
Emergência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Total	74,31	72,05	82,25	86,80	92,78	91,72	85,98	82,20	85,27	84,54	86,95	84,99	84,15

Fonte: Pró Saúde / Plano Estatístico

3.10 Nº de Paciente dia por Unidade

Pacientes-Dia por Unidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Clínica Médica	2.240	1.956	2.274	2.222	2.258	2.178	2.270	2.234	2.223	2.319	2.153	2.258	26.585
Clínica Cirúrgica	1.124	1.372	1.603	1.784	1.833	1.688	1.533	1.370	1.469	1.552	1.525	1.382	18.235
Clínica Ortopédica	1.287	1.065	1.330	1257	1261	1189	1250	1264	1094	1264	1206	1239	14.706
Pediatria	242	298	358	525	723	631	641	541	559	490	480	497	5.985
Sala Amarela Pediátrica	99	124	154	252	439	357	314	221	309	203	271	226	2.969
UTI Adulto	979	895	1.030	1018	1082	1058	1069	1097	1064	1062	1003	994	12.351
UPO	228	207	218	201	220	257	253	267	255	289	274	289	2.958
Sala Amarela	193	148	167	225	244	232	227	210	229	185	193	237	2.490
UTI Pediátrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66	66
Sala Verde Masculina	739	475	963	643	1022	852	672	541	642	677	598	659	8.483
Sala Verde Feminina	701	319	572	727	697	528	460	562	495	503	801	768	7.133
Total	7.832	6.859	8.669	8.854	9.779	8.970	8.689	8.307	8.339	8.544	8.504	8.615	18.172

Fonte: Pró Saúde / Plano Estatístico

4 RESULTADO POR SETOR DO HOSPITAL

4.1 SADT

SADT	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Laboratório Clínico	63.334	46.346	71.515	70.651	75.837	72.204	68.793	68.009	73.373	66.570	68.321	74.223	**819.176**
Anatomia Patológica	101	54	88	87	128	116	80	110	93	111	113	84	**1.165**
Radiologia	8.779	8.956	10.561	10.017	12.190	11.811	10.256	10.068	10.715	11.577	12.541	13.292	**130.763**
Eletrocardiografia	88	92	154	73	52	103	680	624	706	507	597	554	**4.230**
Fisioterapia (Sessões)	14.819	11.628	14.025	15.138	17.712	17.341	15.552	16.139	16.661	16.726	17.067	15.879	**188.687**
Hemodiálise (Sessões)	361	394	472	427	515	507	436	302	347	383	373	516	**5.033**
Hemoterapia	306	250	335	380	431	412	330	331	320	306	392	425	**4.218**
Endoscopia	31	42	63	43	52	44	39	48	43	33	47	49	**534**
Ultrassonografia	481	468	551	554	548	547	320	457	554	471	454	518	**5.923**
Tomografia Computadorizada	0	1.203	2.702	2.638	2.785	1.361	1.824	1.600	394	110	1.618	430	**16.665**
Eletroencefalografia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
Ecocardiografia	196	200	294	261	352	286	274	292	267	330	312	226	**3.290**
Total	88.496	69.633	100.760	100.269	110.602	104.732	98.584	97.980	103.473	97.124	101.835	106.196	1.179.684

Fonte: Pró Saúde / Plano Estatístico / Geslab / Webmed

4.2 AMBULATÓRIO

Ambulatório	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Consultas	648	876	1.337	1.045	1.264	1.362	803	797	852	871	895	810	**11.560**
Consultas com Procedimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**0**
Procedimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**0**
Procedimentos Cirúrgicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**0**
Total	648	876	1.337	1.045	1.264	1.362	803	797	852	871	895	810	11.560

Fonte: Pró Saúde / Plano Estatístico

4.3 ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Urgência/Emergência	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Consultas Adulto	6.314	6.392	8.152	7.307	7.972	7.131	6.233	6.476	8.130	8.379	8.559	8.306	89.351
Consultas Pediátrico	3.556	3.485	4.841	5.443	6.645	5.979	4.408	4.073	4.708	5.242	5.693	5.139	59.212
Consultas com Procedimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Procedimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Procedimentos Cirúrgicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Total	9.870	9.877	12.993	12.750	14.617	13.110	10.641	10.549	12.838	13.621	14.252	13.445	148.563

Fonte: Pró Saúde / Plano Estatístico

4.4 UAN – UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

CONSUMO POR FUNCIONÁRIO e ACOMPANHANTE	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	Total 1º Semestre
Desjejum	7.166	7.819	8.837	5.719	5.701	5.963	41.205
Almoço	16.465	18.300	21.160	13.671	15.332	15.358	100.286
Jantar	7.253	7.066	8.062	4.980	6.032	6.078	39.471
TOTAL	30.884	33.185	38.059	24.370	27.065	27.399	180.962
	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Total (ano)
Desjejum	4.696	5.965	5.914	6.603	5.822	5.077	75.282
Almoço	12.131	14.888	14.472	15.380	14.410	14.108	185.675
Jantar	3.879	5.429	5.355	5.928	5.635	6.073	71.770
TOTAL	20.706	26.282	25.741	27.911	25.867	25.258	332.727

Fonte: Relatório UAN

CONSUMO PACIENTE (desjejum, colação, almoço, merenda, jantar e ceia)	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	Total 1º Semestre
	47.869	36.074	44.286	43.790	45.549	41.224	258.792
	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Total (ano)
	40.031	44.287	44.183	45.428	46.916	45.306	524.943

Fonte: Relatório UAN

4.5 HOTELARIA

PROCESSAMENTO DE ROUPA	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	Total 1º Semestre
Kg de Roupa Coletada	18.462,32	24.123,00	28.979,30	31.340,25	33.294,25	41.082,00	177.281,12
Kg de Roupa Recebida	15.305,07	21.941,64	26.012,79	28.776,14	30.538,16	29.334,00	151.907,80
	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Total (ano)
Kg de Roupa Coletada	30.444,85	29.528,82	29.496,69	31.982,00	32.085,00	30.006,00	360.824,48
Kg de Roupa Recebida	27.553,00	27.971,00	28.657,00	27.681,00	27.500,00	23.206,40	314.476,20

Fonte: Hotelaria-HEGV – Pró Saúde

COLETA DE RESÍDUO INFECTANTE (nº de carros coletores)	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	Total 1º Semestre
	1.239	617	1.376	935	1.247	1.044	6.458
	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Total (ano)
	697	544	545	380	283	343	9.250
COLETA DE RESÍDUO COMUM (nº de carros coletores)	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	Total 1º Semestre
	2.156	1.665	2.407	2.564	2.301	1.970	13.063
	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Total (ano)
	2.395	2.186	2.235	1.997	1.842	2.047	25.765

Fonte: Hotelaria-HEGV – Pró Saúde

5 FATURAMENTO

FATURAMENTO	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	Total 1º Semestre
AIH (quantitativo)	1.300	1.107	1.139	1.051	1.240	1.249	7.086
Valores (em reais)	2.193.422,22	1.912.386,68	1.853.280,00	1.839.516,37	2.037.157,66	2.230.015,14	8.300.111,39
	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Total 2º Semestre
AIH (quantitativo)	1.384	1.290	1.068	1.087	1.367	1.292	7.488
Valores (em reais)	2.551.552,84	2.309.245,43	1.498.299,64	1.581.613,97	2.148.233,28	1.780.834,96	11.869.780,12
FATURAMENTO	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	Total 1º Semestre
BPA (quantitativo)	27.268	34.506	67.445	69.010	71.274	45.604	315.107
Valores BPAs (em reais)	256.650,47	329.895,79	739.967,71	706.698,63	910.584,57	530.579,21	2.404.512,88
	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Total 2º Semestre
BPA (quantitativo)	49.942	51.201	50.380	42.582	88.803	94.938	377.846
Valores BPAs (em reais)	562.096,17	521.628,33	387.611,68	348.221,06	658.433,40	572.846,29	3.050.836,93

6 MOVIMENTO ECONÔMICO

MOVIMENTO ECONÔMICO	Jan./17	Fev. /17	mar/17	Abr./17	Mai. /17	Jun./17	Total 1º Semestre
Receita	21.653.165,86	21.635.171,72	19.024.750,34	16.573.910,20	16.616.579,07	16.576.033,31	112.079.610,50
Despesa	16.811.385,89	16.994.879,58	17.500.402,16	17.335.915,74	17.617.038,47	18.275.303,72	104.534.926,10
Disponivel	5.765,05	2.452,13	2.364,54	344,35	2.367,80	1.282,49	-
Fluxo de Caixa	1.028,03	-3.312,92	-87,59	-2.020,19	2.023,45	-1.085,31	-
Créditos a receber	238.284.701,61	245.848.648,61	249.298.945,54	251.298.945,54	253.378.783,94	256.878.783,94	-
MOVIMENTO ECONÔMICO	Jul./17	Ago. /17	set/17	Out./17	Nov. /17	Dez./17	Total
Receita	16.572.563,73	16.580.339,81	16.575.565,38	16.574.424,01	16.573.488,17	16.589.347,26	211.545.338,86
Despesa	17.619.498,09	16.825.390,38	16.431.246,09	15.911.604,39	16.458.500,77	16.178.589,95	203.959.755,77
Disponivel	911,92	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	328.119,21	-
Fluxo de Caixa	-370,57	2.088,08	0,00	-	-	-	-
Créditos a receber	261.378.783,94	263.018.783,94	266.518.783,94	271.018.783,94	273.518.783,94	276.018.783,94	-

PALAVRA DO DIRETOR

No ano de 2017 se percebeu a manutenção da grave crise financeira que assola o Estado do Rio de Janeiro, permanecendo inexistente o repasse de valores bastantes ao pagamento do 13º salário de 2016 e agora somados ao não pagamento do 13º salário de 2017 dos funcionários do Hospital Estadual Getúlio Vargas.

Os repasses realizados mensalmente pela SES/RJ em virtude do Contrato de Gestão nº 005/2014 persistem irregulares quanto às datas e deficitários quanto ao montante. Ao longo de 2017 percebemos substancial acréscimo ao déficit no montante repassado, o que causou impacto direto na assistência e no alcance de algumas metas contratuais, conforme acima relatado, que já se encontravam com enormes contingências, mas, contudo, sem causar restrição de atendimento emergencial à população dada a sua priorização.

Dado aos repasses deficitários, persistiram os problemas do passivo perante fornecedores e prestadores de serviços terceirizados, que mantiveram conduta de cobrança dos débitos vencidos, impactando na implementação das condutas que visavam a melhora no atendimento de saúde à população. Os rotineiros atrasos dos repasses financeiros por meses acarretaram em imenso acumulo de débitos perante fornecedores, prestadores de serviços terceirizados e ainda com o fisco, resultando no acumulo de encargos (juros e multas) na agenda financeira.

Mesmo depois do início da vigência do 2º Termo Aditivo iniciado em março de 2017, quando se percebeu a redução do valor do Contrato de Gestão nº 005/2014 para R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), se manteve a percepção de repasses parciais mensais, resultando na manutenção do acumulo no déficit dos repasses previstos. Tal situação impediu a aquisição da totalidade dos materiais necessários ao pleno atendimento da população, em especial na compra de itens de custo mais elevado como as OPME, sendo que a ausência desses itens agravou a dificuldade no atingimento das metas cirúrgicas previstas em contrato, conforme acima evidenciado.

Além disso, dado a restrição dos repasses realizados, não nos foi possível realizar o pagamento do 13º salário de 2016 ao longo de todo o ano de 2017.

Outra situação que dificultou a assistência entregue aos pacientes do HEGV foi a recorrente paralização no funcionamento da Tomografia. Como o equipamento é antigo e já muito usado, as quebras foram constantes e algumas peças precisavam ser importadas, o que onerou e prorrogou em muito os seus reparos. A compra de um novo tomógrafo se mostra, além de necessário, urgente!

No Contrato de Gestão nº 005/2014 e seus aditivos há previsão de repasse de verba de investimentos total no montante de R$ 25.468.769,03 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais e três centavos), verba essa que NÃO FOI REPASSADA AINDA, mas que se faz necessária e urgente para adequação dos espaços físicos do Hospital Estadual Getúlio Vargas, modernização dos elevadores que estão permanentemente apresentando defeitos, compra de uma nova tomografia em substituição a em

precário estado de funcionamento na unidade, compra de aparelhos para climatização dos setores e afins, obrigações essas previstas em contrato, mas, dada a inadimplência do Estado, ainda impedidas de serem implementadas. Convém salientar que a obra de instalação do equipamento de ressonância magnética e dos demais equipamentos doados pelo legado olímpico também estão parados aguardando o repasse da referida verba de investimento, estando os equipamentos sem qualquer manutenção há meses.

Convém salientar que com o termino do ano de 2017 e a chegada do verão (e do calor) a situação de algumas enfermarias é crítica dada a ausência de climatização. As reclamações de pacientes, acompanhantes e funcionários são constantes e a cobrança dos órgãos de controle externo é permanente, além do que tal situação é insalubre e impacta na assistência de alguns e prejudica a desospitalização de outros.

Outrossim, reafirmamos o compromisso desta OSS com o empenho na administração das adversidades que se apresentam, mesmo com o cenário atual ainda trazendo grandes preocupações no que concerne ao adimplemento das obrigações pactuadas.

Contudo, acreditamos que o objeto do Contrato de Gestão nº 005/2014 ("Operacionalização da gestão e a execução de ações e serviços de saúde a serem prestadas no Hospital Estadual Getúlio Vargas, em tempo integral, que assegure assistência universal e gratuita à população") celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado (SES) e Pró Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, foi alcançado independente das intercorrências comumente encontradas.

MARCEL AUGUSTO DE OLIVEIRA
Diretor Executivo
Hospital Estadual Getúlio Vargas

Hospital Estadual Getúlio Vargas

Certidões Negativas:

&

CNPJ

PRÓ Saúde
Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar

GOVERNO DO Rio de Janeiro

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2018.1.0799120-2

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 24.232.886/0133-07	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : **********	

CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento que, até a presente data, **NÃO CONSTAM DÉBITOS** perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.

EMITIDA EM: 03/05/2018 10:02

VÁLIDA ATÉ : 02/06/2018

Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017

OBSERVAÇÕES

1.Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.

2.A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.

3.Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).

4.Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2017.1.0524466-5

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 24.232.886/0133-07	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : **********	

CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, **NÃO CONSTAM DÉBITOS** perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.

EMITIDA EM: 01/03/2017 10:03

VÁLIDA ATÉ : 28/08/2017

Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 639 de 01/03/2017 10:03

OBSERVAÇÕES

1.Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.

2.A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.

3.Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).

4.Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2017.1.0624845-1

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 24.232.886/0133-07	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : **********	

CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, **NÃO CONSTAM DÉBITOS** perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.

EMITIDA EM: 03/10/2017 17:09

VÁLIDA ATÉ : 02/11/2017

Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017

OBSERVAÇÕES

1.Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.

2.A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.

3.Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).

4.Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2017.1.0613509-6

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 24.232.886/0133-07	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : **********	

CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, **NÃO CONSTAM DÉBITOS** perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.

EMITIDA EM: 04/09/2017 17:55

VÁLIDA ATÉ : 04/10/2017

Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017

OBSERVAÇÕES

1.Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.

2.A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.

3.Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).

4.Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2018.1.0697567-0

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 24.232.886/0133-07	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : **********	

CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, **NÃO CONSTAM DÉBITOS** perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.

EMITIDA EM: 08/01/2018 15:01

VÁLIDA ATÉ : 07/02/2018

Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017

OBSERVAÇÕES

1.Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.

2.A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.

3.Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).

4.Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2017.1.0654354-2

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 24.232.886/0133-07	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : **********	

CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, **NÃO CONSTAM DÉBITOS** perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.

EMITIDA EM: 21/11/2017 17:20

VÁLIDA ATÉ : 21/12/2017

Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017

OBSERVAÇÕES

1.Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.

2.A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.

3.Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).

4.Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR
CNPJ: 24.232.886/0001-67

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 10:18:38 do dia 31/10/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/04/2018.
Código de controle da certidão: **DFA2.21C5.B7DC.8D7E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações PGFN:

Certidão emitida por força de decisão judicial (tutela provisória)proferida nos autos da Ação Anulatória nº. 0000264-17.2017.5.08.0117.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome: PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR
(MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.232.886/0001-67
Certidão nº: 138153429/2017
Expedição: 05/10/2017, às 15:15:29
Validade: 02/04/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.232.886/0001-67**, **CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0000569-49.2013.5.08.0114 - TRT 08ª Região **
0000172-65.2015.5.08.0131 - TRT 08ª Região *
0001918-65.2015.5.08.0131 - TRT 08ª Região **
0000189-57.2015.5.09.0654 - TRT 09ª Região *
0001151-17.2014.5.09.0654 - TRT 09ª Região *

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.
** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 5.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2°, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome: PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR
(MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.232.886/0001-67
Certidão nº: 126744902/2017
Expedição: 30/03/2017, às 13:42:32
Validade: 25/09/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.232.886/0001-67**, **CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0010438-42.2014.5.15.0070 - TRT 15ª Região **

** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 1.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2°, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome: PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR
(MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.232.886/0001-67
Certidão nº: 138153429/2017
Expedição: 05/10/2017, às 15:15:29
Validade: 02/04/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.232.886/0001-67**, **CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0000569-49.2013.5.08.0114 - TRT 08ª Região **
0000172-65.2015.5.08.0131 - TRT 08ª Região *
0001918-65.2015.5.08.0131 - TRT 08ª Região **
0000189-57.2015.5.09.0654 - TRT 09ª Região *
0001151-17.2014.5.09.0654 - TRT 09ª Região *

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.
** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 5.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2°, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
24.232.886/0133-07 FILIAL		**05/12/2012**

NOME EMPRESARIAL
PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
HOSPITAL ESTADUAL GETULIO VARGAS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV LOBO JUNIOR	**2293**	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
21.070-061	**PENHA CIRCULAR**	**RIO DE JANEIRO**	**RJ**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
PROSAUDE@PROSAUDE.ORG.BR	**(11) 2238-5566 / (11) 2238-5539**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**05/12/2012**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **28/03/2018** às **17:43:10** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Voltar

Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

IMPRIMIR VOLTAR

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24232886/0133-07
Razão Social: PRO SAUDE ASSOC BENEF DE ASSIST SOCIAL E HOSPITALAR
Nome Fantasia: A M S S ESCRITORIO CENTRAL
Endereço: AV LOBO JUNIOR 293 / PENHA CIRCULAR / RIO DE JANEIRO / RJ / 21070-061

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/05/2017 a 31/05/2017

Certificação Número: 2017050208515383204042

Informação obtida em 10/05/2017, às 13:48:56.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

IMPRIMIR VOLTAR

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24232886/0133-07
Razão Social: PRO SAUDE ASSOC BENEF DE ASSIST SOCIAL E HOSPITALAR
Nome Fantasia: A M S S ESCRITORIO CENTRAL
Endereço: AV LOBO JUNIOR 293 / PENHA CIRCULAR / RIO DE JANEIRO / RJ / 21070-061

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/02/2017 a 05/03/2017

Certificação Número: 2017020401214598637527

Informação obtida em 02/03/2017, às 10:55:46.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

IMPRIMIR VOLTAR

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24232886/0133-07
Razão Social: PRO SAUDE ASSOC BENEF DE ASSIST SOCIAL E HOSPITALAR
Nome Fantasia: A M S S ESCRITORIO CENTRAL
Endereço: AV LOBO JUNIOR 293 / PENHA CIRCULAR / RIO DE JANEIRO / RJ / 21070-061

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/06/2017 a 04/07/2017

Certificação Número: 2017060513183799079940

Informação obtida em 12/06/2017, às 15:25:12.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

IMPRIMIR VOLTAR

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24232886/0133-07
Razão Social: PRO SAUDE ASSOC BENEF DE ASSIST SOCIAL E HOSPITALAR
Nome Fantasia: A M S S ESCRITORIO CENTRAL
Endereço: AV LOBO JUNIOR 293 / PENHA CIRCULAR / RIO DE JANEIRO / RJ / 21070-061

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/07/2017 a 03/08/2017

Certificação Número: 2017070510390851909759

Informação obtida em 05/07/2017, às 10:43:42.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

IMPRIMIR VOLTAR

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24232886/0133-07
Razão Social: PRO SAUDE ASSOC BENEF DE ASSIST SOCIAL E HOSPITALAR
Nome Fantasia: A M S S ESCRITORIO CENTRAL
Endereço: AV LOBO JUNIOR 293 / PENHA CIRCULAR / RIO DE JANEIRO / RJ / 21070-061

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/09/2017 a 05/10/2017

Certificação Número: 2017090614280887548700

Informação obtida em 06/09/2017, às 16:01:05.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

IMPRIMIR VOLTAR

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24232886/0133-07
Razão Social: PRO SAUDE ASSOC BENEF DE ASSIST SOCIAL E HOSPITALAR
Nome Fantasia: A M S S ESCRITORIO CENTRAL
Endereço: AV LOBO JUNIOR 293 / PENHA CIRCULAR / RIO DE JANEIRO / RJ / 21070-061

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/11/2017 a 05/12/2017

Certificação Número: 2017110610230613848460

Informação obtida em 07/11/2017, às 11:06:14.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

IMPRIMIR VOLTAR

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24232886/0133-07
Razão Social: PRO SAUDE ASSOC BENEF DE ASSIST SOCIAL E HOSPITALAR
Nome Fantasia: A M S S ESCRITORIO CENTRAL
Endereço: AV LOBO JUNIOR 293 / PENHA CIRCULAR / RIO DE JANEIRO / RJ / 21070-061

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/08/2017 a 05/09/2017

Certificação Número: 2017080716003222188055

Informação obtida em 08/08/2017, às 09:42:38.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

IMPRIMIR VOLTAR

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24232886/0133-07
Razão Social: PRO SAUDE ASSOC BENEF DE ASSIST SOCIAL E HOSPITALAR
Nome Fantasia: A M S S ESCRITORIO CENTRAL
Endereço: AV LOBO JUNIOR 293 / PENHA CIRCULAR / RIO DE JANEIRO / RJ / 21070-061

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Emitido em atendimento a determinação judicial.

Validade: 17/04/2017 a 28/04/2017

Certificação Número: 2017041709142633680594

Informação obtida em 19/04/2017, às 15:02:32.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

IMPRIMIR VOLTAR

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24232886/0133-07
Razão Social: PRO SAUDE ASSOC BENEF DE ASSIST SOCIAL E HOSPITALAR
Nome Fantasia: A M S S ESCRITORIO CENTRAL
Endereço: AV LOBO JUNIOR 293 / PENHA CIRCULAR / RIO DE JANEIRO / RJ / 21070-061

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/04/2018 a 09/05/2018

Certificação Número: 2018041010073480046658

Informação obtida em 17/04/2018, às 08:55:20.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Hospital Estadual Getúlio Vargas

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2.017 e 2.016

- Balanço patrimonial
- Demonstração do resultado do exercício
- Demonstração do resultado abrangente
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido
- Demonstração do Fluxo de caixa
- Notas Explicativas
- Parecer auditores
- Plano de trabalho
- Inventário geral de bens
- ATA do conselho de administração

PRÓ Saúde
Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar

GOVERNO DO Rio de Janeiro

Quadro I

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Estadual Getulio Vargas

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Nota	2.017	2.016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixas	4	328.119	4.737
Contas a receber	5	150.075.920	151.353.999
Estoques	6	3.588.858	3.127.983
Partes relacionadas	7	22.579.686	23.027.932
Outros ativos circulante		1.548.212	1.159.742
		178.120.795	**178.674.393**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		83.348	13.645
		83.348	**13.645**
Imobilizado	8	3.548.496	4.040.749
Intangível	8	653.657	944.896
Subvenções a realizar	8	(4.182.876)	(4.928.961)
		19.277	**56.684**
TOTAL DO ATIVO		**178.223.420**	**178.744.722**

Passivo e patrimônio social	Nota	2.017	2.016
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	48.695.884	47.382.790
Honorários médicos	10	1.160.770	356.342
Obrigações sociais e trabalhistas	11	60.417.805	42.914.326
Obrigações fiscais	12	38.269.644	21.509.365
Estoques de terceiros	13	7.795.083	7.583.417
Receita diferida	14	-	43.685.177
Outros passivos circulante		307.826	736
		156.647.012	**163.432.153**
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações fiscais		263.942	
Provisão para descontinuidade	15	9.099.586	8.388.377
Provisão para contingência	16	321.064	96.886
		9.684.592	**8.485.263**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social		6.827.306	4.050.877
Superávit do exercício		5.064.510	2.776.429
		11.891.816	**6.827.306**
TOTAL DO PASSIVO		**178.223.420**	**178.744.722**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Quadro II

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Estadual Getulio Vargas

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2.017	2.016
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receitas de subvenções - custeio	17	216.578.191	225.011.987
Receitas de subvenções - investimento	8b	855.154	1.141.228
Receitas financeiras		14.242	152.295
Outras receitas		1.143.572	195.927
TOTAL DAS RECEITAS		**218.591.159**	**226.501.437**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	18	(132.218.100)	(143.601.969)
Serviços de terceiros	19	(11.374.824)	(24.145.807)
Custos corporativos compartilhados	20	(12.820.236)	(11.172.061)
Drogas, medicamentos e materiais	21	(29.549.970)	(30.626.189)
		(185.963.130)	**(209.546.026)**
Despesas gerais e administrativas	22	(10.311.975)	(7.290.883)
Despesas com provisão para contingência	16b	(224.178)	-
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa		(8.000.000)	
Despesas financeiras	23	(9.027.366)	(6.888.099)
		(27.563.519)	**(14.178.982)**
TOTAL DAS DESPESAS		**(213.526.649)**	**(223.725.008)**
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		**5.064.510**	**2.776.429**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Quadro III

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Estadual Getulio Vargas

Demonstração do resultado abrangente do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em Reais

	2.017	2.016
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	**2.776.429**	**2.776.429**
Outros resultado abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**2.776.429**	**2.776.429**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Quadro IV

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Estadual Getulio Vargas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total
EM 1° DE JANEIRO DE 2.016	**1.743.590**	**2.307.287**	**4.050.877**
Transferência	2.307.287	(2.307.287)	-
Superávit do exercício	-	2.776.429	**2.776.429**
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.016	**4.050.877**	**2.776.429**	**6.827.306**
Transferência	2.776.429	(2.776.429)	-
Superávit do exercício	-	5.064.510	**5.064.510**
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017	**6.827.306**	**5.064.510**	**11.891.816**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Quadro V

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Estadual Getulio Vargas

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2.017	2.016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**5.064.510**	**2.776.429**
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	855.132	1.075.043
Realização da subvenção de investimento	(855.154)	(1.141.228)
Provisão para contingência	224.178	-
Superávit do exercício ajustado	**5.288.666**	**2.710.244**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	1.278.079	(2.309.047)
Estoques	(460.875)	(106.249)
Demais contas do ativo	(388.470)	(181.322)
Depósitos judiciais	(69.703)	-
Fornecedores	1.313.094	15.845.109
Honorários médicos	804.428	274.763
Obrigações sociais e trabalhistas	17.503.479	20.182.514
Obrigações fiscais	17.024.221	17.721.357
Estoques de terceiros	211.666	1.428.510
Receita diferida	(43.685.177)	28.641.291
Outros passivos circulante	307.090	(344.819)
Provisão para descontinuidade	711.209	2.294.063
Provisão para contingências	224.178	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(162.293)**	**86.156.414**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(71.640)	(349.209)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(71.640)**	**(349.209)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos recebidos (concedidos) - Partes relacionadas	448.246	(19.617.845)
Subvenções de investimentos	109.069	358.710
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**557.315**	**(19.259.135)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**323.382**	**66.548.070**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.737	13.823.423
No fim do exercício	328.119	4.737
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**323.382**	**(13.818.686)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Hospital Estadual Getúlio Vargas

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras

&

Parecer dos Auditores Independentes

PRÓ Saúde
Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar

GOVERNO DO Rio de Janeiro

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Objetivos Sociais

A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "Pró-Saúde", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social:

I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial.

II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar.

III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde.

IV - Levar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização.

Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades:

I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo.

II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados.

O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser, obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades.

A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação.

b) Contrato de Gestão – Hospital Estadual Getúlio Vargas

A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 20 de dezembro de 2.012, celebrou com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, contrato de Gestão para o gerenciamento e execução parcial de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Estadual Getúlio Vargas pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado pelo mesmo prazo, até o limite máximo de 05 (cinco) anos. Os aditivos ao contrato de gestão foram encerrados, em 27 de março de 2.014, data que foi celebrado novo contrato de gestão com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para o gerenciamento completo das atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Estadual Getúlio Vargas, podendo ser renovado pelo mesmo prazo, até o limite máximo de 05 (cinco) anos.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, através de sua Secretaria de Estado de Saúde, instituiu a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, que procede ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos com a aplicação dos recursos sob gestão da Pró-Saúde.

A prestação de contas é apresentada de forma mensal a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro e leva em consideração:

- Relação dos valores financeiros repassados, com indicação da fonte de recurso;
- Relatório consolidado da produção contratada x produção realizada; e
- Relatório consolidado do alcance das metas de qualidade (indicadores).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC n° 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 23 de Março de 2.018.

2.1 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível;
- Nota 15 – Provisão para descontinuidade;
- Nota 16 – Provisão para contingência;

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Ativos circulantes e não circulantes

- Caixa e equivalentes de caixa:
  Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

- Contas a receber:
  As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência.

- Estoques:
  Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos.

- Imobilizado:
  Refere-se aos bens corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens.

- Intangível:
  Refere-se aos bens não corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a amortização correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens.

b) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

c) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

d) Estoques de terceiros

Os estoques de terceiros são reconhecidos como uma obrigação no início de vigência do contrato de gestão hospitalar, ou quando do recebimento de materiais e medicamentos hospitalares advindos da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

e) Receita diferida

As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 – (Subvenção e Assistência Governamentais).

Receita diferida – custeio:
As receitas diferidas de custeio correspondem aos valores dos gastos mensais relativo ao contrato de gestão pactuado, e serão apropriadas no exercício subsequente ao resultado.

Receita diferida – investimento:
Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação e amortização atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício.

f) Patrimônio social

Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

g) Receitas e despesas

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social.

Receitas de subvenções custeio:
As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos.

Custos e despesas:
Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados.

h) Instrumentos financeiros

- **Ativos financeiros não derivativos**
  A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem o seguinte ativo financeiro não derivativo: caixa e equivalentes de caixas, contas a receber e empréstimos com partes relacionadas.
- **Passivos financeiros não derivativos**
  Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e honorários médicos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2.017	2.016
Caixa	3.000	4.000
Banco **(a)**	325.119	737
	328.119	**4.737**

(a) Corresponde aos valores depositados em conta corrente no Banco Bradesco.

5. CONTAS A RECEBER

Descrição	2.017	2.016 (Reclassificado)
Secretaria do Estado de Saúde RJ – Contrato de Gestão **(a)**	276.018.784	231.720.755
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.000.000)	-
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas **(b)**	(117.942.864)	(80.366.756)
	150.075.920	**151.353.999**

a) Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro

Correspondem aos valores a receber junto à Secretaria do Estado de Saúde do Rio de Janeiro, respaldado pela celebração do contrato de gestão hospitalar. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante 30.200.000.

b) Provisão pela não realização das receitas diferidas

Corresponde aos valores celebrados através de contratos de gestão para custeio das atividades operacionais hospitalares, referente aos exercícios anteriores que dificilmente serão realizados, pois não há expectativa de recebimento financeiro, ou aplicação desses montantes nas atividades operacionais da unidade hospitalar. A contrapartida da provisão está apresentada no passivo circulante na rubrica de receitas diferidas (nota explicativa n° 14). Em razão disso, a rubrica do exercício de 2.016 foi reclassificada no montante de R$ 80.366.756 para permitir a comparação das cifras das contas a receber, não provocando qualquer alteração no resultado daquele exercício.

6. ESTOQUES

Descrição	2.017	2.016
Órteses e próteses	1.681.998	1.509.163
Materiais hospitalares de consumo	786.825	621.041
Medicamentos	631.583	800.596
Dieta parenteral e enteral	61.654	41.427
Fios cirúrgicos	33.038	42.720
Demais materiais	393.760	113.036
	3.588.858	**3.127.983**

7. PARTES RELACIONADAS

Descrição	2.017	2.016
Empréstimos – outras unidades da Pró-Saúde **(a)**	36.008.878	35.942.517
Sede Administrativa **(b)**	(13.429.192)	(12.914.585)
	22.579.686	**23.027.932**

(a) – Empréstimos
Corresponde a empréstimos concedidos a outras unidades administradas pela Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos ou prazo para devolução.

(b) – Custos Corporativos Compartilhados
Corresponde ao valor a ser repassado à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

8. MOBILIZADO, INTANGÍVEL E SUBVENÇÕES A REALIZAR

a) Composição

Itens	2.017 Custo	2.017 Depreciação e amortização acumulada	2.017 Líquido	2.016 Líquido
Imobilizado				
Equipamentos de informática	197.119	(164.790)	32.329	69.986
Instrumentos médicos hospitalares	1.945.601	(722.241)	1.223.360	1.417.920
Máquinas e equipamentos	3.055.088	(1.162.129)	1.892.959	2.177.936
Móveis e utensílios	156.563	(54.692)	101.871	94.907
Obras em andamento	280.000		280.000	280.000
Adiantamento a fornecedores	17.977		17.977	-
	5.652.348	**(2.103.852)**	**3.548.496**	**4.040.749**
Intangível				
Direitos de uso de software	1.523.473	(869.816)	653.657	944.896
	1.523.473	**(869.816)**	**653.657**	**944.896**
Subvenções a realizar				
Subvenções governamentais *	(4.182.876)		(4.182.876)	(4.928.961)
	(4.182.876)		**(4.182.876)**	**(4.928.961)**

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, softwares de gestão e ampliação de instalações cirúrgicas, sendo apropriada ao resultado com base no valor da depreciação correspondente aos bens.

b) Movimentação

Itens	Saldo em 31/12/16	Adições	Transferência e realizações	Saldo em 31/12/17
Imobilizado				
Equipamentos de informática	195.620	1.499		197.119
Instrumentos médicos hospitalares	1.945.601			1.945.601
Máquinas e equipamentos	3.036.125	18.963		3.055.088
Móveis e utensílios	135.157	21.406		156.563
Obras em andamento	280.000			280.000
Adiantamento a fornecedores		17.977		17.977
(-) Depreciações	(1.551.753)	(552.099)		(2.103.852)
	4.040.749	**(492.254)**	**-**	**3.548.496**

Intangível				
Direitos de uso de software	1.511.657			1.523.473
(-) Amortizações	(566.761)	(303.055)		(869.816)
	944.896	**(303.055)**	**-**	**653.657**
Subvenções a realizar				
Subvenções governamentais	(4.928.961)	(109.069)	855.154	(4.182.876)
	(4.928.961)	**(109.069)**	**855.154**	**(4.182.876)**

c) Taxas de depreciação e amortização

As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Instrumentos médicos hospitalares	10,0%
Instalações	10,0%
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos	10,0%
Móveis e utensílios	10,0%
Direitos de uso de software	20,0%

9. FORNECEDORES

Descrição	2.017	2.016
Materiais e medicamentos	19.169.424	20.849.257
Imobilizado	37.807	36.157
Serviços de terceiros	29.488.653	26.497.376
	48.695.884	**47.382.790**

10. HONORÁRIOS MÉDICOS

Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.017	2.016
Honorários médicos pessoa jurídica	1.160.770	349.224
Honorários médicos pessoa física sem vínculo trabalhista		7.117
	1.160.770	**356.342**

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2.017	2.016
Salários e ordenados	10.426.933	7.131.696
Rescisões trabalhistas **(a)**	11.856.519	3.084.282
Décimo terceiro salário **(b)**	7.002.287	7.069.558
FGTS **(c)**	16.831.301	4.670.096
INSS **(c)**	1.825.167	4.253.540
PIS	-	1.235.381
Férias a pagar	677.803	703.119
Provisão de férias e encargos	11.684.033	14.614.977
Outras	113.762	151.677
	60.417.805	**42.914.326**

(a) Rescisões trabalhistas
Correspondem às obrigações a pagar aos colaboradores geradas pelas rescisões dos contratos de trabalhos. Devido à falta de recursos financeiros essas obrigações não foram liquidadas no prazo previsto pela legislação trabalhista e o montante a pagar está acrescido da multa corresponde a um salário nominal de cada colaborador, conforme prevê o artigo 477, parágrafo 8 da CLT.

Descrição	Valor original a pagar	Multa	Total em 31 de dezembro de 2017
Rescisões trabalhistas	8.528.394	3.328.125	11.856.519

(b) Décimo terceiro salário
Correspondem às obrigações a pagar aos colaboradores a título de décimo terceiro salário, que deveriam ser liquidadas em novembro e dezembro de 2017. Como tal obrigação não foi liquidada, o montante a pagar está acrescido da multa administrativa em favor do Ministério do Trabalho.

Descrição	Valor original a pagar	Multa	Total em 31 de dezembro de 2017
Décimo terceiro salário	6.551.199	451.088	7.002.287

(c) FGTS e INSS
Em 31 de dezembro de 2017, correspondem aos valores a pagar, acrescidos de multas e juros conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor original a pagar	Multa de mora	Juros	Total em 31 de dezembro de 2017
FGTS	13.830.824	2.366.168	634.309	16.831.301
INSS	1.671.634	107.012	46.521	1.825.167

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Descrição	2.017	2.016
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	37.243.384	21.952.891
Imposto sobre serviço retido na fonte (ISS)	468.755	227.662
Pis, cofins e contribuição social retidos na fonte (PCC)	821.447	328.812
	38.533.586	**21.509.365**
Valores classificados no passivo circulante	38.269.644	-
Valores classificados no passivo não circulante	263.942	-
	38.533.586	**-**

Em 31 de dezembro de 2017, correspondem aos valores a pagar, acrescidos de multas e juros conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor original a pagar	Multa de mora	Juros	Total em 31 de dezembro de 2017
IRRF	28.671.421	5.259.551	3.312.412	37.243.384
ISS	432.119	28.974	7.662	468.755
PCC	655.377	112.709	53.361	821.447

13. ESTOQUES DE TERCEIROS

Ao iniciar por meio de contrato de gestão sua operação de administração completa do Hospital Estadual Getúlio Vargas, unidade pública que já estava em funcionamento, assumiu a responsabilidade pela manutenção dos estoques de materiais e medicamentos já existentes, aferidos mediante inventário físico. Adicionalmente, a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, enviou a unidade diversos materiais e medicamentos, para os quais foram considerados como empréstimos.

Em ambos os casos, o reconhecimento se deu registrando em seu ativo os estoques recebidos, em contrapartida, reconhecendo esses montantes como obrigação perante a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, observado que a manutenção e o consumo desses estoques são cíclicos dentro do curso normal das atividades e a restituição efetiva ocorrerá por ocasião do encerramento do respectivo contrato de gestão.

14. RECEITA DIFERIDA

Corresponde aos valores pactuados de custeio e investimentos do contrato de gestão, ainda não recebidos, conforme demonstrado a seguir. A contrapartida desses valores está apresentada nas contas a receber junto a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

Descrição	2.017	2.016 (Reclassificado)
Receita de custeio	105.663.984	111.663.984
Receita para investimento	12.278.880	12.387.949
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas **(a)**	(117.942.864)	(80.366.756)
	-	**43.685.177**

(a) Provisão pela não realização das receitas diferidas

Corresponde aos valores celebrados através de contratos de gestão com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para custeio das atividades operacionais da unidade hospitalar, referente aos exercícios anteriores que dificilmente serão realizados, pois não há expectativa de recebimento financeiro, ou aplicação desses montantes nas atividades operacionais. A contrapartida da provisão está apresentada no ativo circulante na rubrica de contas a receber (nota explicativa n° 5). Em razão disso, a rubrica do exercício de 2.016 foi reclassificada no montante de R$ 80.366.756 para permitir a comparação das cifras da receita diferida, não provocando qualquer alteração no resultado daquele exercício.

15. PROVISÃO PARA DESCONTINUIDADE DE CONTRATO

Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado.

A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.017	2.016
Saldo inicial	8.388.377	6.094.314
Adições (Nota 18 – despesa com pessoal)	3.598.393	3.221.245
Baixas por rescisões de contratos de trabalho	(2.887.184)	(927.182)
Saldo final	**9.099.586**	**8.388.377**

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário.

No exercício de 2.017 e 2.016, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, identificou contingências prováveis de perda no montante de R$ 321.064 e autorizou a constituição da provisão para contingência em valor correspondente.

17. RECEITAS DE SUBVENÇÕES - CUSTEIO

As receitas com subvenções – custeio, correspondem ao contrato de gestão, pactuado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de dezembro de 2.017 montam R$ 190.578.191 (Em 2016 - R$ 225.011.987)

18. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2.017	2.016
Salários e ordenados	(80.090.623)	(86.345.863)
Insalubridade	(4.446.982)	(4.370.457)
Adicional Noturno	(4.449.301)	(4.923.599)
Horas extras e adicionais	(5.813.312)	(8.408.818)
Décimo terceiro salário	(8.850.922)	(8.960.714)
Férias	(9.848.100)	(12.551.522)
FGTS	(9.147.984)	(9.892.452)
Provisão para descontinuidade – Multa rescisória FGTS	(3.598.393)	(3.221.245)
Contribuição Patronal ao INSS	(31.862.062)	(33.935.039)
Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	31.862.062	33.935.039
PIS	-	(1.231.479)
Isenção do PIS **(a)**	594.672	-
Multa rescisões trabalhistas não liquidadas	(4.084.917)	(1.010.451)
Outras	(2.482.238)	(2.685.369)
	(132.218.100)	**(143.601.969)**

(a) Em fevereiro de 2017 o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso extraordinário n° 636.941/RS, onde decidiu que as entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos legais, são isentas à contribuição ao PIS/Pasep. Assim, a partir de maio de 2.017 a entidade deixou de recolher a contribuição ao PIS sobre as despesas com pessoal, bem como, passou a registrar a isenção correspondente no resultado do exercício.

19. SERVIÇOS DE TERCEIROS

Descrição	2.017	2.016
Serviços médicos de terceiros	(3.523.582)	(267.342)
Serviços de terceiros	(7.851.242)	(23.878.465)
	(11.374.824)	**(24.145.807)**

20. CUSTOS CORPORATIVOS COMPARTILHADOS

Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações relativas ao Hospital Estadual Getúlio Vargas.

21. DROGAS, MATERIAIS E MEDICAMENTOS

Descrição	2.017	2.016
Medicamentos	(7.872.251)	(9.045.116)
Materiais de uso do paciente	(10.662.599)	(9.467.950)
Gêneros alimentícios	(3.760.773)	(3.178.268)
Dieta enteral e parenteral	(835.105)	(1.076.230)
Órtese e prótese	(2.472.057)	(3.767.313)
Alimentação terceirizada	-	(1.588.489)
Outros	(3.947.185)	(2.502.823)
	(29.549.970)	**(30.626.189)**

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	2.017	2.016
Depreciação e amortização	(855.154)	(1.075.043)
Energia elétrica, água e telefonia	(4.279.962)	(4.187.912)
Locações de equipamentos	(1.578.690)	(1.342.763)
Softwares e Suporte a Informática	(805.525)	-
Manutenções	(2.299.915)	(130.061)
Consumo de bens de pequeno valor	-	(13.056)
Viagens e refeições	(10.932)	(57.186)
Despesas com seguros	(201.218)	(258.858)
Outros	(280.579)	(226.004)
	(10.311.975)	**(7.290.883)**

23. DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	2.017	2.016
Juros passivos	(2.985.694)	(2.550.114)
Multas moratórias	(5.995.515)	(4.315.344)
Outras	(46.157)	(22.641)
	(9.027.366)	**(6.888.099)**

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.017	2.016
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	328.119	4.737
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber	150.075.920	151.353.999
Partes relacionadas	22.579.686	23.027.932
TOTAL	**172.983.725**	**174.386.668**
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	48.695.884	47.382.790
Honorários médicos a pagar	1.160.770	356.342
TOTAL	**49.856.654**	**47.739.132**

Risco de liquidez

O principal risco financeiro considerado pela Administração da Pró-Saúde é o risco de liquidez, onde possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do contrato de gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

25. INSS COTA PATRONAL

(a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61 o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica.

O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.017 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal.

(b) Apresentação da cota patronal

A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa n° 18 – Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício.

(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais

A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades.

26. IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – Hospital Estadual Getúlio Vargas - RJ é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS e do PIS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos:

PIS (Programa de Integração Social)
A partir de maio de 2017, após decisão do Supremo Tribunal Federal, a entidade passou a ser isenta da contribuição do PIS sobre as despesas com pessoal.

COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social):
A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis n° 9.718/98 e 10.833/03.

A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.017	2.016
Contribuição para o financiamento da seguridade social	5.777.735	6.795.043
Contribuição patronal ao INSS	31.862.062	33.935.039
Isenção do PIS sobre folha de pagamento	594.672	-
	38.234.469	**40.730.082**

27. PACIENTES ATENDIDOS

A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

* * *

Composição:

Dom Etúrico dos Santos Veloso
Presidente

Jocelmo Pablo Mews
Diretor de Operações

Marcel Augusto de Oliveira
Diretor executivo do Hospital

Thiago Vieira Zaché
Diretor Administrativo
Financeiro do Hospital

Eliete de Lima Antonio
Contador do Hospital
CRC: RJ-107.737/O-5

David Martins Ferreira
Contador geral
CRC: 1SP 195.413/O-2 "S" – RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Estadual Getúlio Vargas
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – Hospital Estadual Getúlio Vargas – Rio de Janeiro/RJ** (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Rua Pedro de Toledo, 80 - 10º andar
Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP 04039-000
Tel.: (11) 5572-3962 - Fax: (11) 5573-2930
e-mail: lmauditores@lmauditores.com.br

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria exerceu julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Rua Pedro de Toledo, 80 - 10º andar
Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP 04039-000
Tel.: (11) 5572-3962 - Fax: (11) 5573-2930
e-mail: lmauditores@lmauditores.com.br

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de Março de 2.018.

LM AUDITORES ASSOCIADOS
CRC 2SP018.611/O-8

Mauricio Diácoli
CRC 1SP129.562/O-5 "S" - RJ

Rua Pedro de Toledo, 80 - 10º andar
Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP 04039-000
Tel.: (11) 5572-3962 - Fax: (11) 5573-2930
e-mail: lmauditores@lmauditores.com.br

GOVERNO DO Rio de Janeiro

PRÓ - SAUDE - Associação Beneficiente de Assistência Social e Hospitalar
ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE

PRÓ Saúde

HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS

ITENS DE CUSTEIO	TOTAL ORÇADO	TOTAL REALIZADO		OBSERVAÇÕES
	2017	2017		
DESPESAS OPERACIONAIS	R$	%	R$	
Pessoal Próprio	**132.971.146**	**-**	**130.989.500**	
Ordenados	95.639.863	1	96.902.074	Valor realizado 1% acima do planejado/estimado, devido as horas extras, adicional noturno e o aviso prévio
Encargos Sociais	10.426.820	21	13.224.046	Valor realizado 21% acima do planejado/ estimado
Provisões (13o + Férias)	20.053.194	- 7	18.699.022	Valor realizado 7% abaixo do planejado/estimado
Provisões (Rescisões)	4.634.142	-		Valor realizado 100% acima do planejado/ estimado em função das contigências trabalhistas geradas pela falta de repasse
Beneficios a Funcionários	2.217.126	- 2	2.164.359	Valor realizado 2% abaixo do planejado/ estimado
Serviços de Terceiros PJ	**11.604.704**	**-**	**5.803.300**	
Sistemas de Informática	1.233.880	- 5	1.179.431	Valor realizado 5% abaixo do planejado/ estimado
Assessoria de Custos	111.205	- 51	73.536	Valor realizado 51% abaixo do planejado/ estimado
Sistema de Informatica / Prestação de Contas	-	-	-	
Serviços de Esterilização de materiais	92.289	- 72	53.658	Valor realizado 72% abaixo planejado/ estimado
Coleta Especializada de Lixo	1.235.656	- 93	641.067	Valor realizado 93% abaixo planejado/ estimado
Serviços de Lavanderia	3.193.579	- 186	1.116.660	Valor realizado 186% abaixo do planejado/ estimado
Acesso a Internet	25.131	- 64	15.290	Valor realizado 64% abaixo do planejado/ estimado
Serviços de Segurança/ Vigilancia	530.346	- 36	390.000	Valor realizado 36% abaixo do planejado/ estimado
Bolsa Estagiários	70.560	24	92.572	Valor realizado 24% acima do planejado/estimado (Número de jovens acima do orçamento, ação de correção concluída).
Dedetização	45.309	- 44	31.362	Valor realizado 44 % abaixo do planejado/ estimado
Serviços de Outosourcing	422.985	- 42	297.847	Valor realizado 42% abaixo do planejado/ estimado
Cursos e Treinamentos	-	-	-	
Contratos PJs - Diversos	4.643.764	- 143	1.911.878	Valor realizado 143% abaixo do planejado/ estimado
Serviços Médicos PJ	**-**	**-**	**-**	
Ortopedia	-	-	-	
CCIH	-	-	-	
SADT	**10.639.414**	**-**	**6.256.739**	
Exames (Broncoscopia e Eletroencefalograma)	171.196	- 796	19.110	Valor realizado 796 % abaixo do planejado/ estimado
Serviços de Hemodiálise	4.846.099	- 59	3.052.690	Valor realizado 38% abaixo do planejado/ estimado
Serviços de Gasometria	787.122	- 64	481.222	Valor realizado 62% abaixo do planejado/ estimado
Serviços de Endoscopia	461.752	- 62	285.000	Valor realizado 62% abaixo do planejado/ estimado
Serviços de Hemoterapia	3.557.097	- 74	2.048.200	Valor realizado 74% abaixo do planejado/ estimado
Labotatorio de Analises Clinica	816.148	- 120	370.517	Valor realizado 120% abaixo do planejado/estimado
Seguros/Contratos de Manutenção/Periódicos	**2.737.432**	**-**	**2.611.219**	
Seguro de Responsabilidade Civil	212.029	- 7	198.336	Valor realizado 7% abaixo do planejado/ estimado
Seguro Predial e de Equipamentos	19.054	4	19.907	Valor realizado 4% acima do planejado/ estimado
Manutenção de Equipamentos Medicos	105.000	51	216.493	Valor realizado 51% acima do planejado/estimado
Manutenção Ar Condicionado	1.363.973	20	1.704.510	Realizado 20% acima do planejado/estimado (Investimentos realizados além da despesa com prest. de serviço).
Manutenção Predial e Elétrica	-	100	76.269	Diversas manutenções corretivas no prédio com aproximadamente 80 anos.
Manutenção de Elevadores	36.495	19	45.056	Valor realizado 19% acima do planejado/estimado
Manutenção Gerador / Estação Primátia	384.000	- 31	293.333	Valor realizado 31% abaixo planejado/ estimado
Engenharia Clínica	616.882	- 1.034	54.389	Valor realizado 1034% abaixo planejado/ estimado
Materiais, Medicamentos e Insumos	**27.364.163**	**-**	**22.223.143**	
Drogas e Medicamentos	9.476.964	- 21	7.846.256	Valor realizado 21% abaixo do planejado/ estimado
Material de uso no paciente (reemb)	10.926.271	- 30	8.387.717	Valor realizado 30% abaixo planejado/ estimado
Material de Labotatorio de Banco de Sangue	2.124.000	16	2.532.293	Valor realizado 16% acima planejado/ estimado
Fios Cirurgicos	226.872	- 11	204.033	Valor realizado 11% abaixo planejado/ estimado
Filmes, Quimicos e Contrastes radiológicos	521.921	- 7	486.393	Valor realizado 7% abaixo planejado/ estimado
Matetrais e Medicamentos Não reembolsáveis	2.967.334	- 55	1.918.613	Valor realizado 55% abaixo planejado/ estimado

PRÓ-SAÚDE - Associação Beneficiente de Assistência Social e Hospitalar

HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS

Relatório analitico de Execução Orçamentária - 2017

Dietas Enterais e Patenterais	1.120.800	- 32	847.838	Valor realizado 32 % abaixo do planejado/ estimado
OPME (órteses e próteses)	**4.894.732**	**-**	**2.230.986**	
OPME (órteses e próteses)	4.894.732	- 119	2.230.986	Valor realizado 119 % abaixo do planejado/ estimado
Gases Medicinais	**1.089.843**	**17**	**1.315.944**	Valor realizado 17% acima do planejado/estimado (Problema por falha no registro de entrada de Notas Fiscais, ação corretiva concluída).
Gêneros Alimentícios	**3.966.534**	- **5**	**3.779.595**	Valor realizado 5% abaixo do planejado/ estimado
Telefone	**153.191**	- **7**	**143.768**	Valor realizado 7% abaixo do planejado/ estimado
Água	**902.592**	**36**	**1.414.777**	Valor realizado 36 % acima do planejado/estimado devido a parcelamento, que está vindo na fatura juntamente com o consumo mensal.
Energia Elétrica	**2.176.704**	**20**	**2.721.418**	Valor realizado 20 % acima do planejado/ estimado
Aluguéis	**1.029.762**	**-**	**1.586.064**	
Equipamento Médico Hospital AT	43.794	13	50.400	Valor realizado 13% acima do planejado/ estimado
Veículo	45.600	- 24	36.771	Valor realizado 24 % abaixo do planejado/ estimado
Cilindros oxigênio/ Central de AT	170.691	22	219.750	Valor realizado 22% acima do planejado/ estimado
Locação de Equipamentos de Serviço de Nutrição	769.677	40	1.279.143	Valor realizado 40% acima planejado/ estimado (Locação de equipamentos de Laboratório ficou acima do projetado, pois a atividade foi iniciada praticamente em 2017).
Impostos, Taxas e Contribuições	**72.000**	- **1.570**	**4.312**	Valor realizado 1570% abaixo do planejado/ realizado
Combustíveis e Lubrificantes	**159.000**	- **14**	**139.110**	Valor realizado 14% abaixo do planejado/ estimado
Outras	**320.400**	- **137**	**135.234**	Valor realizado 137 % abaixo do planejado/ estimado
Reformas	-	-	-	
Total das Despesas Operacionais (1)	**200.081.616**	**-**	**181.355.108**	
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	**830.000**	**-**	**-**	
Financeiras	**60.000**	**-**	**21.847.602**	Valor realizado acima do planejado/ estimado, devido aos juros sobre os impostos federais e municipal, inclusive os juros que incidem sobre os impostos da folha de pagamento.
Taxa Bancárias	60.000	- 30	46.157	Valor realizado 30% abaixo do planejado/ estimado
Outras	**2.475.000**	**-**	**21.801.445**	CDI
	-	-	-	
Total de Despesas não Operacionais (2)	**2.535.000**	**-**	**21.847.602**	
Total de Despesas (1+2)	**202.616.616**	**-**	**203.202.710**	
Investimentos	-	-	-	
Equipamentos	-	-	-	
Obras e Construções	-	-	-	
Mobiliário	-	-	-	
Informática	-	-	-	
Outros	-	-	-	
Total de Investimentos	-	-	-	
TOTAL GERAL DO CUSTEIO	**202.616.616**	**0**	**203.202.710**	

Marcel Augusto de Oliveira
Diretor Executivo do Hospital

Thiago Vieira Zaché
Diretor Financeiro do Hospital

Eliete de Lima Antonio
Contadora do Hospital
CRC: RJ-107737/O-5

HOSPITAL ESTADUAL GETULIO VARGAS
AVENIDA LOBO JUNIOR, 2293 - PENHA CIRCULAR - RIO DE JANEIRO
CEP: 21.070-061
CNPJ: 24.232.886/0133-07

INVENTÁRIO DE BENS
ANO 2017

IDENTIF.	DESCRIÇÃO DO BEM	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	CONTA CONTÁBIL	FORNECEDOR	CNPJ	Nº NF	COMP.	DATA AQUISIÇÃO	R$ AQUISIÇÃO
2032	Liquidificador baixa rotação basculante leve 15L B	MOVEIS E UTENSILIOS	132050100014	CORDEIRO DE ALMEIDA E. HOT. LTDA	03.521.835/0002-66	3528	fev-17	01/02/2017	1.359,45
2033	Liquidificador baixa rotação basculante leve 15L B	MOVEIS E UTENSILIOS	132050100014	CORDEIRO DE ALMEIDA E. HOT. LTDA	03.521.835/0002-66	3528	fev-17	01/02/2017	1.359,45
2034	Nobreak 2kv	MÁQUINAS E EQUIP. DE INFORMÁTICA	132050100010	JFC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA.ME	13.517.777/0001-70	150	jun-17	01/06/2017	1.499,00
2035	Kit solda ppu oxi-acetileno carrinho completo	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	132050100009	OSMAG REFRIGERAÇÃO	09.089.849/0001-58	96994	jun-17	13/06/2017	2.100,00
2036	Enceradeira 450mm/220v deep clean dc410	MOVEIS E UTENSILIOS	132050100014	COLUMBIA COMERCIO DE DESCARTAVEIS EIRELI	06.317.832/001-12	396642	jul-17	20/07/2017	1.650,00
2037	Enceradeira 450mm/220v deep clean dc410	MOVEIS E UTENSILIOS	132050100014	COLUMBIA COMERCIO DE DESCARTAVEIS EIRELI	06.317.832/001-12	396642	jul-17	20/07/2017	1.650,00
2038	Enceradeira 450mm/220v deep clean dc410	MOVEIS E UTENSILIOS	132050100014	COLUMBIA COMERCIO DE DESCARTAVEIS EIRELI	06.317.832/001-12	396642	jul-17	20/07/2017	1.650,00
2039	Enceradeira 450mm/220v deep clean dc410	MOVEIS E UTENSILIOS	132050100014	COLUMBIA COMERCIO DE DESCARTAVEIS EIRELI	06.317.832/001-12	396642	jul-17	20/07/2017	1.650,00
2040	Enceradeira 450mm/220v deep clean dc410	MOVEIS E UTENSILIOS	132050100014	COLUMBIA COMERCIO DE DESCARTAVEIS EIRELI	06.317.832/001-12	396642	jul-17	20/07/2017	1.650,00
2041	Enceradeira 500mm/220v deep clean dc510	MOVEIS E UTENSILIOS	132050100014	COLUMBIA COMERCIO DE DESCARTAVEIS EIRELI	06.317.832/001-12	396642	jul-17	20/07/2017	1.780,00
2042	Leitor biometrico hamster usb	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	132050100009	CLAUDIA CAMPOS MACHADO ESCOBAR - ME	07.094.614/0001-29	5029	ago-17	01/09/2017	950,00
2043	Leitor prox. Id/em.wig. 26	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	132050100009	CLAUDIA CAMPOS MACHADO ESCOBAR - ME	07.094.614/0001-29	5029	ago-17	01/09/2017	450,00
2044	Placa fim c/ leitor optico	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	132050100009	CLAUDIA CAMPOS MACHADO ESCOBAR - ME	07.094.614/0001-29	5029	ago-17	01/09/2017	1.150,00
2045	Acrilico fume	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	132050100009	CLAUDIA CAMPOS MACHADO ESCOBAR - ME	07.094.614/0001-29	5029	ago-17	01/09/2017	350,00
2046	Biombo c/ 02 hastes cor branca 2,415 x 1,85	MOVEIS E UTENSILIOS	132050100014	ESQUADRIPLAST	05.255.801/0001-11	763	set-17	04/09/2017	1.325,00
2047	Biombo c/ 02 hastes cor branca 2,415 x 1,86	MOVEIS E UTENSILIOS	132050100014	ESQUADRIPLAST	05.255.801/0001-11	763	set-17	04/09/2017	1.325,00
2048	Biombo c/ 02 hastes cor branca 2,415 x 1,87	MOVEIS E UTENSILIOS	132050100014	ESQUADRIPLAST	05.255.801/0001-11	763	set-17	04/09/2017	1.325,00
2049	Biombo c/ 02 hastes cor branca 2,415 x 1,88	MOVEIS E UTENSILIOS	132050100014	ESQUADRIPLAST	05.255.801/0001-11	763	set-17	04/09/2017	1.325,00
2050	Biombo c/ 02 hastes cor branca 2,415 x 1,88	MOVEIS E UTENSILIOS	132050100014	ESQUADRIPLAST	05.255.801/0001-11	763	set-17	04/09/2017	1.325,00
2051	Condensadora-Evaporadora Split Carrier	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	132050100010	REFRIG. DUFRIO COM. E IMP. LTDA	017542390008-96	172113	dez-17	07/12/2017	4.654,32
2052	Condensadora-Evaporadora Split Carrier	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	132050100010	REFRIG. DUFRIO COM. E IMP. LTDA	017542390008-96	172113	dez-17	07/12/2017	4.654,32
2053	Condensadora-Evaporadora Split Carrier	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	132050100010	REFRIG. DUFRIO COM. E IMP. LTDA	017542390008-96	172113	dez-17	07/12/2017	4.654,32
2054	Seladora	MOVEIS E UTENSILIOS	132060100013	GIGA COMERCIAL DE PROD. HOSP. ALIM. E SUP. LTDA-ME	14.800.997/0001-79	1928	dez-17	19/12/2017	1.016,00
2055	Seladora	MOVEIS E UTENSILIOS	132060100013	GIGA COMERCIAL DE PROD. HOSP. ALIM. E SUP. LTDA-ME	14.800.997/0001-79	1928	dez-17	19/12/2017	1.016,00
1	LICENÇA DE USO DE SISTEMA	DIREITO DE USO DE SOFTWARES	134010100001	FLAVIO RIBEIRO ESCOBAR	05.676.676/0001-13	111	set-17	01/09/2017	2.000,00
1	LICENÇA DE USO DE SISTEMA	DIREITO DE USO DE SOFTWARES	134010100001	GESLAB SISTEMAS LTDA - ME	13.705.797/0001-74	220	ago-17	01/09/2017	8.516,25
1	LICENÇA DE USO DE SISTEMA	DIREITO DE USO DE SOFTWARES	134010100001	CLAUDIA CAMPOS MACHADO ESCOBAR-ME	07.094.614/0001-29	5089	set-17	31/12/2017	1.300,00

Marcel Augusto de Oliveira
Diretor Executivo do Hospital

Thiago Vieira Zaché
Diretor Administrativo do Hospital

Eliete de Lima Antonio
Contador do Hospital

PROTOCOLO

Informo, através do presente termo, ter recebido, nesta data, de forma física, a integralidade da dos documentos que integram a prestação de contas 2017 do seguinte hospital.

Hospital Estadual Getúlio Vargas, por fora do Contrato de Gestão nº 005/2014 firmado entre a **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar e a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro SES-RJ**, contendo todas as informações e documentos necessários à sua análise visando a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Pró- Saúde ABASH para o Estado do Rio de Janeiro.

Em tempo, indicamos que essa será apresentada ao referido Conselho quando da realização da próxima reunião ordinária.

São Paulo, 04 de abril de 2018.

EDEMIR ANTONIO BELTRAME

Presidente do Conselho de Administração da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar para o Estado do Rio de Janeiro.